

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
SANDRA REGINA ZÚNIGA DE SOUZA BEZERRA**

**AS CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE HOSPITALEIRA:
MARINGÁ, PARANÁ**

**SÃO PAULO
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
SANDRA REGINA ZÚNIGA DE SOUZA BEZERRA**

**AS CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE HOSPITALEIRA:
MARINGÁ, PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre do programa de Mestrado em Hospitalidade, área de concentração Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade e linha de pesquisa Dimensões Conceituais e epistemológicas da hospitalidade e do turismo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles.

**SÃO PAULO
2006**

SANDRA REGINA ZÚNIGA DE SOUZA BEZERRA

**AS CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE HOSPITALEIRA:
MARINGÁ, PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre do programa de Mestrado em Hospitalidade, área de concentração Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade e linha de pesquisa Dimensões Conceituais e epistemológicas da hospitalidade e do turismo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles.

Aprovada em: Maio 2008

Profa. Dra. Maria do Rosário Salles
Universidade Anhembi Morumbi

Profa. Dra. Sênia Regina Bastos
Universidade Anhembi Morumbi

Prof. Dr. Lucio Grinover
Universidade de São Paulo

À pequena Lia Cristal, realização dos meus sonhos mais irrealis, presente de Deus que ainda estou aprendendo a ser merecedora.

“Não vos esqueçais da hospitalidade, por que por ela alguns, sem o saberem, hospedaram anjos” (Hebreus 13:2)

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força para seguir em frente.

Ao meu amado Hudson, meu “porto seguro”, por seu amor incondicional.

À minha família, pela compreensão e incentivo.

À minha orientadora, e agora amiga Maria do Rosário, por acreditar e ampliar minha capacidade. Obrigada pela mão sempre estendida.

À professora Sênia, pela compreensão fraternal.

À todos os professores, pelos preciosos ensinamentos.

À cidade de Maringá, lugar que amo e considero meu berço, meu jardim, minha casa.

RESUMO

O presente trabalho aborda a hospitalidade urbana e tem como objeto de estudo o município de Maringá, PR. O referencial teórico versa sobre a hospitalidade enquanto campo de estudos (a construção de conceitos e definições), os cenários ou domínios da hospitalidade e a relação com a urbanidade, especialmente com o desenvolvimento de formas de sociabilidade baseadas na experiência de vida urbana, mas considerando-se as especificidades de uma cidade planejada, como é o caso em estudo. . Buscou-se identificar nos processos histórico da colonização e urbanização locais e regionais, a partir de meados do século passado, referências à hospitalidade, tendo como fonte a pesquisa bibliográfica pertinente e os depoimentos prestados pelos pioneiros ao “Projeto Memória”, que será explicitado no decorrer do trabalho..A partir dessa base documental, foi possível efetuar a abordagem sobre o tema proposto, a relação a concepção original da cidade e as concepções subjacentes de hospitalidade, tendo como foco a cidade de Maringá nos dias atuais. Para o período atual, assim, buscou-se explorar a criação e atuação de duas entidades relacionadas: o CODEM (Conselho de Desenvolvimento Econômico) e o MRC&VB (Maringá e região Convention & Visitors Bureau). Através da análise de peças promocionais dessas entidades e as identificações e referências à hospitalidade, pôde-se concluir que existe atualmente a apropriação do discurso inicial, argumentos e apelos a elementos que se referem àquele primeiro momento de criação do projeto dentro do processo histórico da colonização e urbanização, evidenciando, entretanto, mudanças importantes nos conceitos de hospitalidade, tendo em vista as especificidades históricas de cada contexto.

Palavras-chave: Colonização Hospitalidade urbana. Maringá. Turismo Urbanismo.

ABSTRACT

...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – HOSPITALIDADE: BASES CONCEITUAIS E TEÓRICAS. 16	
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO	30
2.1 MARINGÁ, O NORTE DO PARANÁ	30
2.2 MARINGÁ: COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO.....	33
2.2.1 Maringá: A“cidade jardim”	47
CAPÍTULO III – MARINGÁ HOJE	57
3.1 MOVIMENTO REPENSANDO MARINGÁ.....	57
3.2 MARINGÁ E REGIÃO <i>CONVENTION & VISITORS BUREAU</i>	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
BIBLIOGRAFIA	74
APÊNDICE.....	76
ANEXOS	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Maringá – Lotes rurais vendidos, por gleba 1938-1942.....	36
Tabela 2 Maringá – Lotes rurais vendidos por gleba 1943-1947	40
Tabela 3 Lotes vendidos por gleba e área 1938-1973	43
Tabela 5 Lotes vendidos por área e ano de venda 1938-1973	44
Tabela 6 Nacionalidade dos compradores de lotes rurais.....	46
Tabela 7 Arborização na zona central de Maringá	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIM – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Maringá

CMNT – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CMTur – Conselho Municipal de Turismo

CODEM – Conselho de desenvolvimento econômico de Maringá

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística

MRC&VB – Maringá e região Convention & Visitors Bureau

ONGs – Organizações não governamentais

Patri. – Patrimônio

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

SEICT – Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Maringá

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a hospitalidade enquanto comportamento humano e forma de expressão de sociabilidade, tendo como cenário a cidade enquanto núcleo social e espaço de possibilidades humanas.

O município de Maringá, foi planejado para desenvolver-se harmoniosamente e abrigar de maneira “hospitaleira” seus pioneiros, como veremos mais adiante. Formada por vários tipos de correntes migratórias, surgiu uma sociedade formada por diferentes etnias, num meio cultural múltiplo, enriquecido pela preservação de suas tradições e cultura. Enfim, o município apresenta características bastante peculiares e movimentos sociais de certa forma, intrigantes.

A recenticidade do fenômeno urbano e de seu povoamento, bem como o rápido processo de transformação social, política e econômica, fazem da cidade de Maringá e de toda a região Norte do Paraná, um dos mais férteis argumentos de pesquisa. A facilidade que sua história recente oferece para o acesso a documentos e mesmo a depoimentos pessoais que ainda podem ser colhidos, são irresistíveis chamamentos para pesquisadores.

Quer seja pelo processo histórico, pelo modelo de urbanização, pela composição étnica, pelo traçado urbano-paisagístico, pelo histórico político, pelo perfil econômico, e especialmente pela característica singular de conservação de algumas premissas desse modelo (diferentemente de outras congêneres), a cidade de Maringá têm sido objeto de estudo não apenas em seu significativo núcleo universitário, mas também em outras instituições de ensino e pesquisa no estado e no país. Sob a luz da ciência, alguns desses aspectos são abordados na sua singularidade. Porém, não se conhece até então, um estudo que trate estas diferenças ou singularidades do município de Maringá, sob a ótica da hospitalidade.

Para um olhar comum, um visitante, ou um munícipe mais observador, num breve passeio pelas ruas do núcleo mais antigo da cidade é suficiente para perceber que Maringá é mesmo “diferente”. As ruas de comércio com arborização intensa, as calçadas largas nos bairros residenciais e o grande número de praças são características pouco comuns nas cidades nos dias atuais. Esses elementos têm origem na época na colonização e povoamento do município.

As características mencionadas acima formam num verdadeiro “entroncamento” de argumentos para o apelo de “cidade hospitaleira” na recente busca pelo desenvolvimento turístico, cujo discurso de marketing de destino apóia-se nesses elementos.

O município tem recebido recentemente, consideráveis investimentos em infra-estrutura turística; hotéis, centros de eventos, estrutura aeroportuária, entre outros. Iniciativas como a constituição e a intensa atuação do Maringá *Conventions & Visitors Bureau* e do Conselho Municipal de Turismo também são exemplos de organização do setor privado em prol do desenvolvimento do turismo.

Ainda na mesma vertente, o atual momento de expansão demográfica e econômica, traduz-se na polêmica criação da Região Metropolitana de Maringá com população estimada em 576.581 habitantes (IBGE-2005) e área total de 3.179,987 km², constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Presidente Castelo Branco (incluído recentemente).

Discussões à parte, o que é visível e intrigante é que ao mesmo tempo em que as mudanças atuais ocorridas na cidade traduzem a busca e o anseio por modernidade e desenvolvimento, algumas características relacionadas ao processo histórico e ao plano urbano são mantidas e resistem ao longo dos quase 60 anos do município.

O discurso de marketing de destino para o turismo de eventos que vem sendo utilizado recentemente, se utiliza de elementos da história do município projetando-os na atualidade. Como exemplos deste discurso, apresentam-se a seguir, trechos do material produzido pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo – SEICT e pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem, intitulado “Maringá aqui é mais negócio” (SEICT/CODEM, 2005, p. 01):

Maringá, enfim, é jovem, rica, bonita e promissora. Desde o seu nascimento, planejado e bem estruturado, a cidade sempre apresentou níveis surpreendentes de desenvolvimento e crescimento. Tudo o que foi plantado em suas terras, até hoje, deu frutos generosos. A prosperidade da agroindústria, do comércio, do turismo e a atividade de seus 19 parques industriais testemunham essa vocação. [...]

População

Raças diferentes, sonhos semelhantes

Desde sua fundação, Maringá recebeu povos de todas as partes do Brasil e do mundo. Juntos, vieram também os costumes, religiões e habilidades diferentes, que agregaram riquezas à cultura e à identidade da cidade. Árabes, japoneses, portugueses, italianos, espanhóis, paulistas, nordestinos, mineiros, gaúchos, todos vieram para ficar e construir Maringá. Apesar da pouca idade, o extraordinário ritmo de desenvolvimento da cidade atraiu cada vez mais pessoas e fez muitas famílias aumentarem e prosperarem.

Esboça-se aí, um projeto de construção de uma “tradição hospitaleira”. Segundo Hobsbawn (1984, p. 13) “as tradições surgiram pela incapacidade de se utilizar ou adaptar as tradições velhas, uma vez que as práticas tradicionais precisavam ser modificadas, ritualizadas e institucionalizadas, a fim de que sirvam aos fins propostos”.

Evidentemente, em função da motivação econômica, o discurso apresentado acima atribui brilho e romantismo aos elementos apresentados. A relação dessas características de Maringá com a hospitalidade ainda é algo que permanece no empirismo, sem a abordagem de estudo científico.

Assim, a realização do trabalho foi motivada pelo conjunto de peculiaridades do processo histórico da cidade de Maringá que remetem à hospitalidade ainda que de maneira empírica servindo de apoio para o uso do termo “cidade hospitaleira” como rotulagem de marketing de destino turístico, e a inexistência de pesquisa científica cuja abordagem verse sobre a hospitalidade neste contexto.

A compreensão da relação entre as referências de hospitalidade nos acervos do processo histórico de colonização da cidade e estes mesmos elementos aplicados no discurso do marketing de destino torna-se o objetivo principal deste trabalho.

Para tanto, no capítulo 1, o referencial teórico construído versa sobre hospitalidade e urbanidade, e se constitui na base para a análise de algumas das fontes de pesquisa. Neste momento, os trabalhos mais utilizados são aqueles organizados por Lashley (2004), por Dias (2002), por Dencker & Bueno (2003), além de outros autores como Gotman (2001), Godbout (1997) e Camargo (2004 e 2002). Já os trabalhos de Fisher (1996), Le Goff (1998), Grinover (2003) e Matheus (2002) apóiam a abordagem sobre urbanidade.

Por tratar a hospitalidade em diferentes contextos e períodos (período da colonização e nos dias atuais), faz-se necessário considerar a temporalidade dos

elementos, onde cada fenômeno ou elemento deve ser entendido em seu contexto histórico, com crenças e valores únicos. Os conceitos e definições que são construídos atualmente sobre a hospitalidade, não se aplicam meramente a um período passado, sendo necessário historicizar.

Com o objetivo de apoiar-se no referencial teórico, encontram-se ainda no capítulo 1, trechos de depoimentos de pioneiros, resultado da pesquisa realizada junto ao Acervo do Projeto Memória. O projeto foi realizado pela Prefeitura Municipal de Maringá na década de 80 e caracteriza-se pela constituição de um acervo municipal com o objetivo de coletar documentos que traduzem a trajetória histórica de Maringá.

Sobre a experiência e formação do acervo, Leal (1999, p.435) deixa clara a importância do acervo para as pesquisas mencionando:

A formação de um arquivo de entrevista oral inscreve-se como um grande avanço na prática de guarda de documentos históricos em Maringá, já que a memória oral ainda sofre um forte preconceito pelos cânones estabelecidos, classificando-a como frívola, desinteressante, entre outros adjetivos. Contrariando essa máxima, construiu-se um arquivo de entrevista oral e lhe foi conferido o estatuto de documento oficial, tendo sido utilizado em várias pesquisas e assim provado sua qualidade. (...) As entrevistas orais que estão transcritas e organizadas, oferecem ao público consulente um trabalho de consulta eficiente, resguardando a segurança do acervo e concomitantemente abrindo-a à comunidade pesquisadora.

Constituem o acervo, uma relação de aproximadamente duas mil pessoas que chegaram à cidade (zona urbana e rural) entre os anos de 1938 e 1960. Deste total, a princípio, quando da implantação do projeto, apenas pouco menos de uma centena tinha seus depoimentos registrados na década de 1980.

No cinquentenário da cidade (1997), tendo o auxílio da imprensa escrita local, numa edição comemorativa foram reunidos depoimentos de quase trezentos pioneiros.

Se por um lado houve uma perda de qualidade técnica (em função da clara motivação comemorativa) com o relaxamento dos métodos anteriormente utilizados, houve ainda o ganho em volume deste acervo que corria (e corre) contra o tempo. O acesso a depoimentos dos pioneiros perde-se dia a dia por razões óbvias.

Tomou-se então o universo de 273 depoimentos¹, e para determinação da amostra utilizou-se como critério o tempo de chegada entre os anos de 1938 e 1947,

¹ Existe uma imprecisão de números pois, por vezes, foi considerado o depoimento “do casal pioneiro”.

período em que pequeno povoamento (Maringá Velho) servia de suporte ao planejamento da atual metrópole. Em 1938, registra-se a chegada dos primeiros pioneiros, e em maio de 1947, a “inauguração” da cidade de Maringá, representada pelo núcleo planejado.

A vida em sociedade naquele período e naquele cenário era caracterizada pela expectativa da cidade que, ainda na prancheta, já era cercada de adjetivos e “oportunidades”. Ao seu redor, havia ainda uma crescente população rural, para quem a cidade também tinha uma forte representação.

Vale ressaltar, que não se trata de entrevistas ou aplicação de questionários direcionados. Os depoimentos foram bastante espontâneos, onde os pioneiros foram convidados “a contar sua história com Maringá”. Por esta razão, são heterogêneos. Quanto ao volume, os depoimentos variam de 03 a 08 laudas. Quanto ao formato das narrativas, alguns apresentam datas precisas e ordem cronológica, enquanto outros tratam a experiência pioneira de um modo geral.

Para a compreensão do processo de colonização e povoamento de Maringá, foi realizada pesquisa bibliográfica (capítulo 2), especialmente junto aos núcleos de pesquisa de Maringá e Londrina (UEM – Universidade Estadual de Maringá e UEL – Universidade Estadual de Londrina). A economia cafeeira na região, o capital estrangeiro e a instalação da companhia colonizadora, o projeto urbanístico e processo de povoamento foram os focos neste capítulo. Também contribuíram nesta fase da pesquisa, as visitas ao acervo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), ao Museu da Cocamar Agroindustrial.

O capítulo 3 aborda o atual momento de Maringá no que tange à atividade turística e a rotulagem de “cidade hospitaleira”. O capítulo conta a evolução de um importante movimento, o Repesando Maringá. Ainda neste capítulo são analisados trechos das peças publicitárias produzidas por organizações envolvidas com o desenvolvimento do turismo no município. O acesso ao acervo do Museu da Associação Comercial, Industrial e de Serviços – ACIM também foi importante nesta fase da pesquisa.

CAPÍTULO I – BASES CONCEITUAIS DA RELAÇÃO HOSPITALIDADE X URBANIDADE

Na busca por raízes históricas e origens da hospitalidade, observa-se que esta sempre esteve envolta pelo sentido de acolhida. O tema que, ao longo da história esteve envolto em ingenuidade e nostalgia, se estreita com a modernidade, especialmente com a globalização. Para Camargo (2004, p. 37), o interesse moderno pela hospitalidade pode ser visto em três vertentes que se apresenta a seguir.

As migrações humanas que têm como causa o caos econômico, a miséria, a violência e a dominação de tribos mais fortes, bem como o próprio mapa de sociedades desenvolvidas são fenômenos que influenciam na cultura e nas sociedades. São vários os exemplos recentes de populações em diáspora superiores a populações autóctones. No Brasil, as ondas migratórias do século XIX e o estranho fenômeno de regresso dos descendentes europeus nos últimos anos, também instigam a questão da hospitalidade enquanto processo de agregação.

A segunda vertente relaciona-se com a comunicação de massa e a homogeneização dos hábitos e costumes, que esvaziam os rituais que regem o vínculo social e marcam a identidade dos povos. O isolamento dos indivíduos e a conseqüente desestrutura da conversação conduzem, segundo pensadores, ao espaço para dialetos (*chats*) e formas de linguagem em detrimento de um precioso patrimônio cultural, a linguagem escrita.

De natureza completamente diferente das anteriores, o fenômeno do turismo se configura numa vertente de interesse pela hospitalidade. Intensificado no século XX, o fenômeno traz consigo não somente a necessidade de acolhimento e envolvimento e o conseqüente aquecimento da economia. Considera-se também que as pessoas consomem e gastam nessas migrações lúdicas, sendo a cultura, a identidade e, por que não dizer, a hospitalidade, também necessários a esses viajantes.

A relação entre a hospitalidade no período de colonização e povoamento de Maringá e a rotulagem de “cidade hospitaleira” para o turismo de eventos encontra

espaço nesta vertente. Como mencionado anteriormente, o processo de criação de uma tradição é movido por interesses, e neste caso, interesses econômicos.

Na linguagem coloquial, hospitalidade é a característica daquele que é hospitaleiro. Porém, nos últimos anos, a temática vem tomando forma numa discussão filosófica e científica e despontando enquanto campo de estudos. Mesmo sendo o assunto envolvido de ineditismo para muitos, já é possível observar entre os estudiosos, uma discussão ideológica em torno do tema.

A priori, é necessário esclarecer que existe uma questão semântica. Na língua inglesa, o mesmo vocábulo designa as atividades relacionadas à hotelaria (*hospitality*). Porém, as diferenças entre hotelaria e hospitalidade estão no cerne, no foco dos estudos. Talvez derive daí a discussão no meio acadêmico, sobre a designação dos cursos de turismo e hotelaria, turismo e hospitalidade, ou simplesmente este ou aquele, o que caracteriza um contexto ideológico da explosão dos cursos relacionados ao tema (CAMARGO, 2004, p. 34). É consenso que, mais importante que tal designação é o escopo de estudos que transpõe uma simplista teoria de conjuntos, de que o turismo contém a hospitalidade ou está contido nesta.

Diante das muitas dúvidas acerca da nova disciplina no campo das ciências aplicadas, é natural que o primeiro esforço consista em delimitar contornos entre as já consolidadas disciplinas da comunicação, da educação, da administração, da arquitetura, do turismo, etc. Enquanto campo de estudos, a hospitalidade está pautada ainda em reflexões das ciências humanas e das ciências sociais. Tais contribuições conferem à hospitalidade um caráter interdisciplinar, na proporção em que esta dialoga com outras áreas “emprestando” conhecimento e agregando a seu foco.

Porém, tal discussão se apresenta de forma árdua e, por vezes, inútil. Camargo (2003, p. 09) ilustra, com questionamentos, a verdadeira relevância ou sentido desta discussão:

Afinal, quando falamos em hospitalidade, a que campo delimitado do real estamos nos referindo? A delimitação do terreno proposta em nome da hospitalidade desvela problemas originais ou mesmo perspectivas teóricas originais para problemas já antigos e longamente estudados? Ou se trata de um mero decalque do esforço já empreendido por outras disciplinas das ciências aplicadas? Como essa delimitação do terreno alarga o referencial teórico de áreas afins? Que novos autores incorpora? Resulta uma nova

referência bibliográfica, capaz de efetuar o movimento básico da ciência que é o de confrontar e integrar correntes que até então funcionavam autonomamente?

Duas vertentes destacam-se como ponta de lança nesses recentes estudos sobre hospitalidade. De um lado a escola francesa, que é balizada na matriz maussiana do dar-receber-retribuir. No clássico “Ensaio sobre a dádiva e o dom” (edição de 1974), Marcel Mauss trata do ritual com três deveres (dar-receber-retribuir) que explicam as relações sociais nas sociedades arcaicas. Os ritos que envolvem as relações e o sentido daquilo que circula para além da troca mercantil, também estão nesta abordagem sociológica.

A escola americana não valoriza esta matriz e volta-se ao conjunto de atividades comerciais (baseadas na troca monetária) relacionadas ao ato receber, hospedar, alimentar e entreter, que na sociedade contemporânea vincula-se fortemente ao fenômeno turístico. No Brasil, a iniciativa mais ativa vem da tentativa de estabelecer pontes, considerando que em todos os cenários (comercial, privado ou social) a hospitalidade se nutre da mesma matriz.

Contudo, considerando a complexidade do tema, a recenticidade e a efervescência das discussões, pode-se afirmar que definições ou conceitos de hospitalidade encontram-se em construção. Sobre a insuficiência de conceitos Dencker (2005, p. 60-61) afirma:

Aparentemente é possível constatar que em todos os campos científicos, e em especial nos campos científicos interdisciplinares, mesmo naqueles com ampla tradição em pesquisa, como é o caso da medicina, existe uma insuficiência conceitual que se torna evidente à medida que nos propomos a efetuar uma análise mais aprofundada do objeto da nossa investigação. Isso significa que é muito difícil, se é que possível, definir conceitos em campos interdisciplinares como é o caso do turismo e da hospitalidade.[...] Nos campos interdisciplinares, em que as fronteiras entre as disciplinas se tornam difusas, a formulação de conceitos precisos é dificultada pela convergência de conhecimentos e múltiplas fontes disciplinares, [...] No caso do turismo e da hospitalidade, que estão no campo das ciências sociais aplicadas, os problemas são ainda maiores e estão sujeitos às influencias do jogo político próprio do mundo da vida.

Observa-se nesta colocação, que no campo da ciência, a definição e conceituação de hospitalidade é dificultada. Como ação humana, própria da relação entre pessoas, as variáveis envolvidas são inúmeras, por isso a dificuldade de conceituação que envolva essas diversas perspectivas. Além disso, no caso da proposta deste trabalho, estamos lidando com o urbano “capitalista”, ou seja, com a “cidade capitalista”, que implica o entendimento das cidades como,

“aglomerações urbanas resultantes da divisão social e territorial do trabalho, no processo de acumulação capitalista.....Na cidade capitalista, mais do que simples fato demográfico ou ecológico, concentram-se os meios de produção e a força de trabalho”, (VÉRAS, 2000, p. 50).

o que implica em entendermos a cidade como um espaço que reflete a divisão da sociedade em classes sociais com interesses contraditórios, muitas vezes, conflitantes. Lembremos que “ao focar a cidade, Castells, 1983, define o espaço como uma estrutura subordinada, expressão da estrutura social”. VÉRAS, op. cit. p. 66) No caso da cidade objeto de estudo não é diferente, embora se trate de uma cidade planejada e com objetivos hospitaleiros e igualitários, o que determina sua especificidade.

Com relação às abordagens apresentadas, vale salientar ainda a necessidade de considerar a temporalidade dos elementos. Os conceitos de hospitalidade que se constroem atualmente não permitem a mera aplicação em objetos passados, mas permitem uma base para análise e relativização no presente.

Para Dias (2002, p. 98) “A noção de hospitalidade provém da palavra latina *hospitalitas-atis* e traduz-se como: o ato de acolher, hospedar; a qualidade do hospitaleiro; boa acolhida, recepção; tratamento afável, cortês, amabilidade; gentileza.”. Essa tradução apresenta a hospitalidade como característica humana, do comportamento e do ato de acolher.

Para Telfer (2004, p. 54), inclui-se ao conceito de hospitalidade, a noção de entretenimento:

(...) um anfitrião assume a responsabilidade pelo bem-estar integral de seus hóspedes. Como afirma Jean-Anthelme Brillat-Savarin, *gourmet* e escritor de gastronomia do século XVIII: Receber um convidado torna [o

anfitrião] responsável por sua felicidade (...). Se esta é uma incumbência do anfitrião, diz respeito a algo mais do que alimentos, bebidas e abrigo: significa que ele deve procurar alegrar um hóspede infeliz, divertir um outro entediado, cuidar de um terceiro adoentado.

Nos trabalhos que versam sobre as origens da hospitalidade, não faltam referências históricas dos hábitos das famílias de receber pessoas em viagem, do símbolo de comunhão e dos ritos envolvidos. Quase sempre, essas referências e origens remetem a sentidos como proteção, acolhida, gentileza, fraternidade, benevolência, mutualidade, entre outros, numa idéia romântica do passado.

Numa visão da hospitalidade nos dias atuais, Lashley (2004, p.21) afirma que:

o entendimento mais amplo a respeito da hospitalidade sugere, em primeiro lugar, que esta é, fundamentalmente, o relacionamento construído entre anfitrião e hóspede. Para ser eficaz, é preciso que o hóspede sinta que o anfitrião está sendo hospitaleiro por sentimentos de generosidade, pelo desejo de agradar e por ver a ele, hóspede, enquanto indivíduo.

Da mesma forma, Gotman (2001, p. 493) “A hospitalidade é um processo de agregação do outro à comunidade e a inospitalidade é o processo inverso.” Para a mesma autora (GOTMAN, 2001, p. 496) a hospitalidade é ainda um acontecimento que

permite a indivíduos ou a famílias, vindo e vivendo em lugares diferentes, constituir sociedade, instalar-se e retribuir serviços e ajudas que facilitam, enquanto práticas de sociabilidade, o acesso a recursos locais, o compromisso de relações que ultrapassam a interação imediata e asseguram a reciprocidade.

“Era uma cidade pequena, com mentalidade de cidade grande. Não sentia tititi, fusquinha, coisinha, nada disso. Sentia muito companheirismo. O que chegava aqui era acolhido com muito amor. Havia muito carinho, muita amizade. Estava todo mundo muito desprendido. Ninguém estava reparando se o que chegava era assado, cozido ou frito. Todo mundo estava querendo acolher. Havia o sentido de ajuda mútua. Era o que eu sentia. Eu também queria fazer a minha parte.” (Pion. Lucia Vilela)

No relato acima, a pioneira tenta reproduzir o que parecia ser comum a muitos dos pioneiros: o desejo de acolher e ajudar os que chegavam, como

processos de agregação e constituição da sociedade. O trabalho de LUZ (1999, p. 132): Esse desejo não diz respeito a pessoas diferentes, mas a um momento histórico diferente, a uma estrutura social diferente, em que a homogeneidade das posições sociais era muito maior do que na cidade contemporânea.

Os pioneiros que ainda residem em Maringá são unânimes em afirmar que nos primeiros tempos havia mais união e solidariedade entre os seus habitantes. A vida em comunidade, as dificuldades e preocupações compartilhadas faziam com que as famílias se aproximassem e se prestassem auxílio mutuamente.

Assim, a hospitalidade pode ser entendida como um processo ou atividade alicerçados no abrigo e acolhimento, possibilitando a partilha de valores e conhecimentos entre hóspedes e anfitriões, implicando assim práticas de sociabilidade. No trabalho sobre a hospitalidade na cidade de São Paulo no século XIX, Bastos (2003, p. 89) conclui:

Nota-se a interação que se estabeleceu com a cidade: dificuldades iniciais foram superadas com a coesão do grupo[...]. Incorporaram as estratégias simbólicas reinantes, reproduzindo-as no cotidiano a fim de garantir sua sobrevivência, transformando adversidades em hospitalidade.

Outro elemento das manifestações de hospitalidade é a reciprocidade entre grupos: o anfitrião ou aquele que recebe, e o visitante ou aquele que está fora ou de passagem. Em outras palavras, hospitalidade implica a transposição de um espaço e a estruturação de um ritual de acolhimento, onde este espaço a ser transposto pode ser um espaço geográfico, no sentido de território, ou ainda no sentido psíquico.

Dada a complexidade do tema e da consideração de que a hospitalidade é “a construção do relacionamento” e oriunda da própria base da sociedade, as reflexões ampliam-se. Seja enquanto “relacionamento construído”, ou ainda “processo de agregação”, a hospitalidade é inexoravelmente uma forma de comportamento humano, um signo de civilização, é um modo de viver com outros, regido por regras, ritos e leis. É complexa a forma como os grupos sociais sedimentaram esta forma de comportamento através de atos de acolhimento e partilha.

“Como a gente naquela época nem se falava em ter um refrigerador, eu tinha que utilizar o conhecimento dos mais antigos. Quando a gente matava um porco, reunia as famílias. Os homens sacrificavam o animal e aí é que entrava o trabalho das mulheres separando os quartos do porco, o courinho, torresmo e a banha. A banha era guardada em latas de 18 litros e no meio colocava-se a carne já frita. Ali ela ficava conservada por muito tempo. Só tirávamos para o uso diário. O mesmo se fazia com a carne de gado, mas a conservação era feita através do sal, tipo charqueado. Assim neste método, muitas coisas eram feitas antecipadas e colocadas em conservas (...). Da cana de açúcar, dava para fazer rapadura, açúcar preto e alguns litros de garapa para tomar na hora. Do milho, a farinha, o fubá que dava para fazer bolo e até o pão misturado com trigo. Com a mandioca, era frita era uma delícia e separávamos para fazer farinha para misturar no feijão. A gente dividia tudo, as famílias se uniam pra plantar e pra colher” (Pion. Antonia Moreno)

Neste relato, é possível observar que a partilha de alimentos era uma prática que unia as famílias. Os métodos e a fartura de alimentos favoreciam a divisão entre as famílias, que eram unidas também pelo trabalho e pela espiritualidade.

“Acampando naquele trecho da Estrada Romeira, os patriarcas de cada família, em sistema de mutirão, cortaram a mata e providenciaram uma cabana para cada sitiante. Alguns vinham com as famílias inteiras, outros buscavam filhos pequenos e as esposas depois. Apenas avistava-se uma abertura entre as árvores, onde simplesmente passava o caminhão com a mudança.” (Pion. Antonio Marchiotti)

Retornando ao sentido coloquial da palavra hospitalidade, temos que é a característica daquele que é hospitaleiro. Mesmo que a relação imediata seja com a oferta de acomodação, alimentos e bebidas, é perceptível que outras “ofertas” estão ainda implícitas na hospitalidade, por exemplo, a oferta de segurança e entretenimento..

Assim, é possível identificar que a hospitalidade manifestada, por vezes é carregada de sentimentos e intenções que se diferem em cada contexto.

Junto com o Walter Ferreira da Silva, a gente anotava o nome das pessoas que chegava à cidade, principalmente das moças. Depois estas pessoas eram convidadas aos bailes que eram realizados nos sítios ao redor de Maringá, pelos fazendeiros e produtores rurais. Os rapazes e as moças iam ao baile transportados em veículos conduzidos pelos pioneiros, inclusive eu mesmo. Muitas vezes, as mães iam junto para conhecer o local do baile ter certeza de que as filhas estavam “lidando com gente boa. (Pion. Argeu Dias)

No relato acima, é possível observar que havia gentileza com as famílias que chegavam à cidade e preocupação com a oferta de entretenimento e com a segurança.

Os estudos filosóficos e antropológicos sobre a hospitalidade, a exemplo o trabalho de Telfer (2004, p. 54), balizam-se nas razões ou nos motivos da oferta de hospitalidade. Nas manifestações de hospitalidade, sejam elas motivadas pela satisfação de uma necessidade, pela concessão de um prazer, pelo compromisso genuíno com o bem estar, com a esperança em reciprocidade, em qualquer circunstância não se trata de tarefa fácil.

Na consideração desses espaços que, nas recentes discussões acerca da hospitalidade, apresentam-se os domínios: privado/doméstico, público/social e comercial. Segundo Lashley (2004, p. 05):

Essencialmente, há a necessidade de uma definição ampla, que permita a análise das atividades relacionadas com a hospitalidade nos domínios “social”, “privado” e “comercial”. Colocando de modo simples que, cada domínio representa um aspecto da oferta de hospitalidade, que é tanto independente como sobreposto.

Em outras palavras, a definição de domínios apresentada por Lashley (2004, p. 05) e Camargo (2003, p. 09), se configura não numa tentativa de “compartimentar” manifestações de hospitalidade, mas numa forma de situar didaticamente os aspectos da oferta, bem como os espaços, cenários e contextos onde se emprega a hospitalidade, uma vez que existe muita fluidez entre estes. E ainda, pela complexidade e generalidade do tema, a adoção de domínios colabora no entendimento do direcionamento dos estudos.

No domínio privado ou doméstico, a discussão é permeada pela oferta doméstica de acomodações, alimentação e entretenimento, sem contrapartida financeira. Neste aspecto, é bastante intenso o papel do núcleo familiar e do sentido de lar, onde destacam-se os ritos, os papéis, os tabus e as etiquetas do relacionamento entre anfitrião doméstico e visita convidada ou não convidada. O componente doméstico compreende essencialmente a prestação, gratuita ou não, de serviços oferecidos por uma pessoa em seu próprio lar, abrangendo fundamentalmente leito e/ou alimentação.

Como o trajeto até a casa de cada um era difícil, principalmente quando chovia, as pessoas tinham o hábito de oferecer repouso às moças em sua residência, principalmente Dona Rosa Planas, esposa de Ângelo Planas. Dormiam, tomavam café e na manhã seguinte eram levadas pras suas casas pelo mesmo motorista que havia levado pra dançar na noite anterior. Era uma época gostosa, as moças eram bem tratadas na casa dos Planas, ficavam abrigadas como se fossem uma só família. Os rapazes ficavam alojados num armazém também dos Planas, há poucos metros da casa. (Pion. Argeu Dias)

No relato acima, o pioneiro narra o hábito de oferecer hospedagem e alimentação. Mesmo justificado pela “dificuldade de trajeto”, o ambiente familiar, tão valorizado na época e na ocasião, é destacado, salientado que eram separados moças e rapazes.

É também no domínio privado que acabam por enveredarem-se as abordagens sobre a filosofia da hospitalidade. Considerando a hospitalidade como uma questão privada e doméstica, dada a convidados escolhidos, Telfer (2004, p. 55) menciona que “(...) a idéia da hospitalidade comercial parece uma contradição em termos: seu local não é um lar, ela não é dada, os convidados não são escolhidos.” Para Godbout (1997, p. 04) o dom é apresentado como uma reflexão sobre o sentido daquilo que circula entre os atores. Neste caso, as relações mercantis contrapõem o laço social. Usando como referência o mercado, modelo de circulação das coisas nas sociedades modernas, são apresentados três momentos do dom: o dar, o receber e o retribuir.

Esses momentos são descritos como obrigações morais do dom, de caráter livre e não obrigatório, de obrigação e liberdade que coexistem. No dom, a liberdade está no laço social. No laço social também está a dívida de aspecto cíclico que tende a se ampliar a medida em que a retribuição é sempre maior do que aquilo que se recebe. Na troca mercantil a liberdade está no pagar e “saldar a dívida” com a liberdade de não deixar nada pra trás.

Uma característica bastante acessível e que vem mais facilmente à mente ao falar do domínio público ou social é o status ou prestígio na hospitalidade. “Embora a hospitalidade fosse muitas vezes expressa numa série de ações privadas e por um anfitrião particular, ela era articulada com base numa matriz de crenças partilhadas e publicamente articuladas” (HEAL,1990 *apud* LASHLEY, 2004). Essa perspectiva generaliza a questão, dissolvendo possíveis fronteiras entre domínio privado e social.

Quando chegava o domingo, a alegria dominava a criançada. Cedo todos estavam arrumados para ir à missa. A gente pegava os cavalos e atrelava na carroça e saía em direção à igreja. Depois de assistir a missa, ficávamos conversando com os outros colonos sobre as condições de cada um, o que a lavoura iria produzir e tudo mais.” (Pion. Antonia Moreno)

As inaugurações dessas novas casas eram o principal motivo de festa na Maringá pioneira. O padre vinha de Mandaguari para rezar missa e participar da festa. Cada casa que era erguida a gente comemorava com música. Não tinha política, era só mato e trabalho.” (Pion. Alvarina Jorge)

No trecho do relato acima, fica claro que a sociabilidade se dava em torno da religiosidade. “Arrumados” para a missa, era nesta ocasião que muitos dividiam suas expectativas (sobre a produção) e suas conquistas (construção de casas), que eram motivo de comemoração social.

No domínio social a hospitalidade apresenta, ao longo do tempo certa mobilidade na escala de valores e crenças da sociedade. Em certas ocasiões, temporal ou geograficamente, esta ocupou lugar de destaque. São exemplos, os estudos a respeito da Grécia de Homero, da Roma Antiga, da Provença medieval,

das tribos indígenas do Canadá, e tantos estudos de caráter antropológico-social com grande ênfase a importância da hospitalidade. Em outras ocasiões, especialmente nas sociedades pré-industriais, esta assume papel de “gosto pessoal” (HEAL, 1990 *apud* LASHLEY 2004).

Nas abordagens sobre o domínio comercial, as discussões partem da questão lingüística anteriormente mencionada. De antemão, a hospitalidade comercial é caracterizada pela troca monetária, pela relação mercantil. São freqüentes as propostas de aplicar as atividades relacionadas ao receptivo turístico, os conhecimentos e conceitos da hospitalidade, comprovando assim certa fluidez e fragilidade de fronteiras entre os domínios. Talvez seja no domínio comercial onde é mais variado o conjunto de elementos que compõem, determinam ou indicam hospitalidade: o espaço, a decoração, a atmosfera, o serviço, a contrapartida monetária ou o preço, a personalização, entre outros “detalhes”. Nos cenários de hospitalidade comercial, além da relação entre o turista e o anfitrião, existe a relação de consumo entre cliente e prestador de serviço. Ainda, a motivação pela fidelização do cliente ou do resultado financeiro desejado pode sobressair-se ao interesse de “acolher bem”.

O Hotel Maringá começou a ser construído em 1941 e foi concluído no ano seguinte só foi registrado em Mandaguari em 1943. No entanto, em 1942 já estava em pleno funcionamento abrigando viajantes e acompanhando a evolução. Na época, eu era uma criança com pouco mais de dez anos. Havia só o Hotel Maringá e oito galpões de lona da Companhia Melhoramentos” (Pion.Argeu Lima)

O fato do estabelecimento de hospedagem ser o primeiro a ser referenciado e registrado, denota o caráter mercantil da colonização da região. Os barracões de lona eram destinados aos trabalhadores da CMNP, mas os dirigentes, assim como todos os viajantes e interessados na divulgadas oportunidade, necessitavam de “abrigo” Muitos negócios (de vendas de lotes) eram fechados nas dependências do hotel.

Menciona-se ainda, o componente urbano, elemento importante para este estudo, que refere-se, basicamente, às características de um espaço coletivo: a cidade, que acolhe o estranho por meio de sua infra-estrutura e sistemas de

comunicação e que possibilita ao indivíduo a orientação, o abrigo e a proteção. No contexto da cidade, duas leituras são possíveis: a de processos de agregação ou exclusão social de grupos e minorias, ou ainda do fenômeno turístico que emparelha anfitrião-município e visitante-turista.

A cidade enquanto tema de estudo é amplo e difuso e os conceitos buscam abranger todas as manifestações desses núcleos sociais e seu ciclo de vida. Ao longo da história, tanto a cidade medieval, a cidade barroca, ou simplesmente a cidade como é conhecida hoje, sempre foram espaços de possibilidades humanas e, por isso, tema de interesse. O desenvolvimento das cidades e a forma de vida urbana bem caracterizam a civilização contemporânea.

Ainda com tal complexidade, é preciso entender a priori que para satisfazer suas necessidades, os homens exercem ações sobre a natureza e o espaço, num processo de interação que insere construções humanas com determinada finalidade, interligadas numa rede, caracterizando um sistema. A produção de adaptações do espaço é feita pelo trabalho humano cooperativo, sendo portanto, um produto social.

De maneira simplista, pode-se buscar o entendimento dessas adaptações do espaço relacionando-as ao trabalho, as funções e atividades. A exemplo, a atividade industrial exige das cidades, uma estrutura e uma funcionalidade para tal. A parca percepção de um leigo pode detectar diferenças ao fazer uma leitura de uma cidade industrial, ou de uma cidade turística.

A abordagem a seguir, propõe uma sutil compreensão da cidade como organismo dinâmico, vivo e complexo, que não se enquadra nos paradigmas tradicionais de análise, visto que fragmentada perde características e qualidades inalienáveis.

Para Fisher (1996, p. 14) “A cidade é constituída de muitas unidades organizativas que, vistas em conjunto, representam, um todo maior que a soma das partes. Confusão e desordem, organização e solidariedade; partes e todo em interação, real e simbólica”.

Para Le Goff (1998, p. 117-153) um novo urbanismo tem origem na Idade Média, quando esta era signo de civilização e sociabilidade. Ao abrigo das muralhas, as universidades, o ar mais puro, a água em abundância, os mercados abastecidos, a diversão e a sociabilidade faziam o diferencial: a urbanidade. Ao mesmo tempo, o

menosprezado campo era sede do bárbaro, do rústico, e a floresta, o terceiro e mais selvagem lugar.

Na cidade contemporânea, a função política assume maior importância. O capitalismo firma o centro financeiro da Idade Média. As atividades econômicas impulsionam ao policentrismo com centros nevrálgicos que se multiplicam com a ambigüidade: pluralismo dos centros ou nova marginalização urbana. As antigas muralhas físicas insurgem como muralhas imaginárias. Nesta relação entre cidade medieval e cidade contemporânea, ainda Le Goff (1998) afirma a possibilidade de um turismo capaz de revivificar e recriar a cidade.

Toma-se então a hospitalidade como forma de comportamento humano, que pressupõe a existência de um alguém que recebe e um alguém recebido. Assim, o turismo urbano pode ser apenas um dos cenários para a hospitalidade.

Para Matheus (2002, p.64):

A cidade, portanto, não é apenas um centro de produção, mas também um lugar em que a sociabilidade se desenvolve fruí certa hospitalidade. É em relação a essa dimensão que as idéias de bem-estar coletivo e de interesse público parecem aplicar-se mais diretamente.

Quando se restringe o universo aos materiais publicitários e ao marketing turístico, as expressões “cidade hospitaleira” e “cidade turística” aparecem quase sempre juntas, o que não deixa de evidenciar a fluidez entre os termos. Talvez, o sentido da palavra hospitalidade, nestes casos, seja o mais cotidiano, de adjetivo. Tais termos, “cidade hospitaleira”, “rua hospitaleira” ou “lugar hospitaleiro” remetem de imediato a espaços onde se dá a hospitalidade resultante das relações sociais entre anfitrião e visitante. Como afirma Grinover (2003, p. 02)

A hospitalidade supõe acolhida, é uma das leis superiores da humanidade, é uma lei universal. Acolher é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no próprio espaço, A hospitalidade, como diz Jacques Godbout (1997), é um dom do espaço, espaço a ser lido, habitado atravessado e contemplado. “Cidade hospitaleira”, “rua hospitaleira”, “espaço hospitaleiro”, são expressões da linguagem comum que traduzem a idéias do espaço em que se dá a hospitalidade, pois ela resulta de relações sociais entre anfitrião e hóspede, inseridos naquele espaço.

No mesmo trabalho, o autor propõe o estudo de três categorias sociais, culturais, históricas, econômicas e ambientais das cidades: a acessibilidade, a

legibilidade e a identidade dos espaços. Quanto à acessibilidade, o mesmo refere-se a acessibilidade física, representada pelos meios de transporte e uso do solo e dos espaços, como a acessibilidade sócio-econômica que diz respeito à distribuição de renda e cidadania. A legibilidade diz respeito à qualidade visual e a forma como a cidade ou o território (os bairros, marcos e caminhos) é reconhecido dentro de um padrão global. A identidade diz respeito a um conjunto de signos próprios da utilização do espaço, referências para a memória e a cultura local.

Ainda para este autor a identificação nas cidades frente ao turista ou estrangeiro é importante uma vez que a informação se assemelha ao dom. Oferecer e receber informação é um mecanismo de hospitalidade. Assim também o é o ordenamento das paisagens urbanas e dos lugares públicos.

Sobre a hospitalidade no espaço público, Camargo (2004, p.11):

É no espaço público que a hospitalidade assume sua dimensão política, com imensos desafios, sobretudo os relativos aos movimentos migratórios. A hospitalidade pública mediada pelo interesse econômico causa aqui os maiores estragos. Habitualmente, cidades e países admitem e incentivam a visita de pessoas capazes de gastar ou de produzir riquezas. E quando assume claramente o intuito de selecionar públicos de seu interesse econômico, mostra a sua face mais perversa. [...] É importante acrescentar, contudo, que, mesmo no domínio econômico, tal lógica é estúpida. Um jovem mochileiro que se contenta com o banco de uma estação rodoviária para dormir, no futuro certamente efetuará um balanço de suas experiências de hospitalidade antes de decidir o destino no qual gastará o dinheiro que já possui.

Ainda, sobre a importância da hospitalidade pública, do receber nas cidades, Camargo (2004, p.11) ainda coloca:

Quando recebemos em nossas casas ou quando, como funcionários de um hotel, efetuamos o “check-in” de um hóspede, nem sempre temos consciência de que o espaço real da hospitalidade não é a nossa casa ou o hotel e sim a cidade. Por melhor que seja a nossa hospitalidade doméstica ou os cuidados com que um hotel cerca o hóspede, seu interesse está na **cidade que recebe**. Se o visitante não apreciar a cidade, ele não voltará nem para nossa casa nem para nosso hotel.

Considerando a cidade objeto deste estudo, é pertinente neste espaço, uma abordagem sobre a idéia de cidade-jardim e sua relação com a hospitalidade, que será apresentada mais adiante.

CAPÍTULO II – O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

2.1 MARINGÁ E O NORTE DO PARANÁ

Inicialmente, faz-se uma referência aos estudos de etnologia e etno-história empreendidos pela comunidade de pesquisadores, que comumente são esquecidos nas abordagens sobre a aglomeração urbana de Maringá. Não se pretende, com isso, romper limites temporais da abordagem, mas sim, evitar o erro do desconhecimento. Conforme Noeli e & Mota (1999, p.06):

[...] é importante ressaltar que os fundadores de Maringá não foram os primeiros humanos a ocuparem a região; nem mesmo os caboclos que chegaram antes. Tampouco os militares e as expedições de reconhecimento da antiga província do Paraná no século XIX, ou os espanhóis que fundaram Vila Rica por volta de 1578, no atual município de Fênix, e os jesuítas que fundaram diversas reduções nos vales dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Pirapó. É importante dizer que não há uma continuidade étnica e cultural entre maringaenses e as populações pré-históricas e indígenas que viveram onde atualmente se encontram os limites do município. Para existir Maringá e o “Norte do Paraná”, foi necessário expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viviam nessas regiões. Da mesma maneira que se substituíram as populações indígenas por brasileiros e migrantes de outros países, também foi necessário destruir a rica floresta do Paraná para implantar o modelo econômico agro-pastoril das monoculturas e da criação extensiva de gado.

A citação acima, estabelece um panorama do que foi a ocupação e colonização deste espaço. As peculiaridades do processo de colonização, acabaram por demarcar essas fronteiras. Os conceitos do termo “norte do Paraná” continham, até meados dos anos 60, abordagens históricas, de reprodução da economia cafeeira:

Representa, o Norte do Paraná, a transição entre o clima subtropical que caracteriza a maior parte do terceiro planalto ao sul do Ivaí, e o clima tropical de altitude do oeste paulista; embora ainda apresente temperaturas baixas, seu regime pluviométrico já é caracterizado pelas duas estações, chuvosa no verão e seca no inverno, tão essenciais ao desenvolvimento de certas culturas como a do cafeeiro. [...] a existência da já famosa terra roxa abrange uma área vastíssima, contínua, de extensão muito superior a das zonas paulistas beneficiadas por sua presença. [...] no extremo noroeste o

solo é arenoso e algumas pequenas manchas de terra roxa mistura encontram-se disseminadas pela zona. [...] o Norte do Paraná representa, na realidade, a extensão, ao sul do Paranapanema, das ricas terras cafeeiras do vizinho estado de São Paulo. [...] esta região constituiria de fato uma grande reserva de terras virgens próprias para a lavoura cafeeira. (BERNARDES, 1953, p. 357)

Nos anos 70, Padis (1981, p. 85) observa que a utilização de caracteres meramente fisiográficos não é satisfatória para uma boa definição regional.

Portanto, à região física – isto é, à unidade geográfica, determinada especialmente pelos fatores climáticos, pedológicos e hidrológicos – deve-se associar a região econômica, caracterizada pela relativa homogeneidade da estrutura ocupacional da população ativa.

No trabalho sobre imagem publicitária e evidência factual, Gonçalves (1999, p.94) afirma: “quando as pessoas empregam a expressão Norte do Paraná, é sempre muito grande a possibilidade de que estejam, mesmo hoje, falando dos antigos domínios da CTNP/CMNP”. Complementando este posicionamento:

a expressão Norte do Paraná já se incorporou á linguagem corrente entre a população residente na porção setentrional do Estado, nas publicações oficiais do Paraná e também em estudos sobre a caracterização ou problemática regional, [...] O Norte do Paraná é freqüentemente citado para indicar que é a área mais fértil do Brasil, que é uma região de pequena propriedade familiar, que foi colonizada pelos ingleses, que foi feita uma reforma agrária, por ocasião da ocupação, idealizada pela companhia melhoramentos Norte do Paraná, etc. [...] (NAKAGAWARA, 1981 *apud* GONÇALVES, 1999, p. 95)

O que se objetiva com essas considerações, é evidenciar que a delimitação geográfica do espaço objeto deste estudo, por mais elaborada e estruturada metodologicamente, não dispensa a delimitação sociológica do processo para o qual este estudo se volta.

Nesse processo tem-se como fator mais importante, a implantação de estradas de ferro. Por volta de 1932, a ferrovia São Paulo-Paraná alcança o rio Tibagi e trás consigo milhares de pessoas em busca de dias melhores. Na região de Cambará, fazendeiros, iniciam a divisão e venda de suas extensas propriedades em pequenos lotes. As linhas férreas abertas, trazendo consigo os cafezais no lugar da mata

atlântica, associam a cidade e a região a um grande empreendimento agrícola e imobiliário, decorrente da marcha pioneira que avançou em direção ao norte do Paraná e à região noroeste de São Paulo. O solo da terra roxa, considerado superior ao de Ribeirão Preto e do interior de São Paulo, apresentava condições ideais ao desenvolvimento da maior riqueza de todos os tempos: o café.

Para a compreensão da importância da cultura cafeeira para a região e para todo o país, faz-se necessário retomar o contexto da cultura e, porque não, da bebida na Europa do século XVIII. Inicia-se uma peregrinação da cultura e do consumo pela Europa, emergindo uma disputa de mercado onde em 1729, Holanda e Inglaterra eram países absolutos na comercialização naquele continente.

Alguns autores destacam a importância do café nos ideais da Revolução Francesa, uma vez que, com propriedades estimuladoras do processo intelectual, aguçava as mentes daqueles que pretendiam mudar o sistema político, social e econômico na França “a vida dos clubes, onde germinava a revolução, estava intimamente entrelaçada com a do café, e no preparo da revolução, as agitações e as efervescências internas eram mantidas pelo consumo do café.” Simonsen (1973, p.169).

Tamanho era a importância econômica do café que no início do século XIX, com transporte aperfeiçoado, Londres era a maior distribuidora do produto. À medida que cresciam as densidades populacionais, crescia o consumo exigindo produção mais elevada e expansão das lavouras. Na inexistência de solo apropriado, mão de obra abundante e técnicas apropriadas, o Brasil desponta na América Latina para produção da cultura.

Oficialmente a cultura chegou ao Brasil em 1727, primeiramente no Pará e depois em outras regiões como que em busca de condições ideais. No Rio de Janeiro o interesse se intensificou e em 1883 o ramo de café é inserido no Brasão de Armas do Brasil. Do interior fluminense e do Vale do Paraíba, o café emigra então ao novo tipo de solo – a terra roxa – em Campinas e posteriormente no Paraná.

A partir de então o café passa a ter uma repercussão cada vez mais acentuada, e uma infra-estrutura que se cria em torno desse “soldado econômico”. E a estrutura maior recai na sua comercialização e na verdadeira função de implantador de civilização, levando esperança e desenvolvimento por onde passou. Se não fosse o café, jamais teríamos alcançado um grande progresso no setor ferroviário. Caso essas estradas de ferro não rasgassem as matas virgens, os terrenos acidentados, jamais o processo de colonização ter-se-ia estendido para o interior. Foi esse o

meio de transporte que possibilitou trazer de longínquas regiões “o rei café” e conduzi-lo ao porto de Santos e daí para o exterior, carreando assim divisas necessárias para o nosso desenvolvimento econômico. (ANDRADE, 1979, p. 46)

É neste cenário que capitais estrangeiros, especialmente o inglês, são inseridos no processo de colonização da região.

2.2 MARINGÁ: COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO

Toma-se como marco, a viagem intitulada “Missão Montagu”. Poeticamente, Andrade (1979, p. 47) cita: “Durante a gestão do presidente Arthur Bernardes, envidaram-se esforços para que técnicos da Inglaterra pudessem, em aqui chegando, ajudar a encontrar soluções para os problemas econômicos que afligiam a nação brasileira.”

Até meados dos anos 1980, as explicações nos textos e trabalhos científicos era aquela oferecida por material, folhetos e pelo livro alusivo aos cinquenta anos da própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Somente em 1985, José Joffily publica uma versão que sugere deliberadas falsificações e omissões nessa “versão padrão”.

Nos últimos anos, alguns historiadores apontam que a Missão Montagu bem como a formação daquela empresa nos anos 1920 esteve envolvida de mistério com doses de mitologia. A Missão Montagu escondia entre outras motivações, um urdido plano de apropriação das excelentes terras da região, visto que desde meados do século XIX, viajantes com formação técnica em geologia, hidrologia e botânica já haviam passado por lá.

Na versão padrão, Lord Lovat, diretor da inglesa *Sudan Cotton Plantations Syndicate*, retornou da missão à Inglaterra e convenceu os acionistas a aplicar no Brasil maciços recursos financeiros. O novo empreendimento, Brazil Plantations Syndicate Ltd. tem como subsidiária a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP.

A “maquiagem” do capital inglês foi narrada por Andrade (1979, p. 50):

Ficou assentado que ao invés de aumentar o capital da *Brazil Plantations* – que seria oportunamente liquidada – fosse fundada a *Paraná Plantations Company*, a fim de levantar fundos de maior vulto para grandes empreendimentos que se projetassem: de início a compra de terras e as estradas de ferro e de rodagem, necessárias à penetração e à colonização como elemento de desenvolvimento das plantações e da população. E completando o plano foi resolvido que seria fundada em São Paulo a Companhia de Terras Norte do Paraná, pessoa jurídica brasileira, sob a direção de brasileiros em sua maioria, para ser a adquirente e vendedora de terras em respeito aos melindres dos nativistas. Sociedade anônima que seria controlada acionariamente pela *Paraná Plantations* de Londres, de onde viria o dinheiro necessário em conta corrente.

Essa empresa colonizadora, em 1942, por influência da Segunda Guerra Mundial, foi colocada à venda e, na Gastão de Mesquita Filho, que havia acompanhado Lord Lovat, ao lado de Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo, organizaram o grupo nacional que assume a empresa em 1951 com o nome de “Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP”

Quanto à presença e atuação da CMNP, nos anos 1920, a partir da aquisição de terras do governo do Estado, gerenciou a ocupação, a partir dos anos 1930, numa ordem fundiária onde teriam predominado as pequenas e as médias propriedades rurais. Houve outras concessões por parte do governo do Estado, porém, nenhuma se assemelha ao porte daqueles cerca de 515 mil alqueires vendidos entre 1925 e 1927 à *Paraná Plantations Limited*.

Para muito tempo, a fala publicitária da CMNP foi aceita por autores que reproduziam como verdades inquestionáveis, as chances de mobilidade social ascendente diante da farta oportunidade de aquisição de terras. A exemplo, Santos (1975, p 115):

a conseqüência mais importante da obra realizada pela Companhia se traduz na oportunidade que ofereceu aos trabalhadores sem posses de adquirirem pequenos lotes agrícolas, cujas dimensões e modalidade de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores. Chegavam á região nos famigerados caminhões “paus de arara” e logo se engajavam nas turmas de derrubadas de mata para plantio de café. Neste trabalho que era rude mas de boa paga, conseguiam amealhar algumas economias, já com o objetivo de adquirir um lote da Companhia. Quando suas economias atingiam um certo valor, procuravam um dos escritórios de vendas da empresa colonizadora e manifestavam seu desejo de comprar terras. Visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia módica por ser o ano de

abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Este plano, na sua simplicidade, veio possibilitar a solução de um problema multissecular, qual seja, o do assalariado, descalço e prisioneiro de um sistema econômico que parecia inexorável, transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social da noite para o dia. [...] Era a reforma agrária, racional, democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o país.

Destaque-se nesta citação, que a visão romântica do processo considerava a perspectiva da empresa colonizadora, interessada na manutenção desta imagem heróica.

Os relatos de pioneiros publicados pelos jornais regionais até os dias de hoje, confirmam as facilidades na aquisição de terras e “reafirmam” a imagem heróica da “obra” da companhia colonizadora. Mas, com relativa fragilidade uma vez que os pioneiros narram um “feito histórico” do qual fizeram parte, e portanto também existe visão romântica e heroísmo.

São frágeis também as informações sobre a rentabilidade do empreendimento e sobre a revenda de lotes nos primeiros anos (prática combatida pela CMNP). A revenda de lotes, poderiam representar os insucessos de negociações da CMNP.

No acervo da CMNP, também encontram-se alguns exemplares dos panfletos que eram fixados nos edifícios públicos de várias cidades do país, onde havia grande circulação de pessoas. Alardeava-se que as terras eram fertilíssimas e que não haviam as temíveis saúvas, referência clara à cafeicultura. Numa edição do Diário de São Paulo, dizia o anúncio:

Nas terras férteis do Norte do Paraná, tudo cresce e progride. Na florescente cidade de Maringá ondulam cafezais vergados pelo peso dos frutos, vicejam campos de arroz, livres de saúvas, produzem todos os legumes, e nos pomares, laranjas, pêssegos, bananas, uvas e morangos se multiplicam doces e saborosos.

Era a cafeicultura e, conseqüentemente a venda de lotes rurais o negócio de principal interesse da CMNP. Reforçam este argumento os dados sobre a venda de lotes rurais, na sua maior parte, anteriores à venda de lotes urbanos. Enquanto a cidade de Maringá tinha o seu núcleo urbano sendo planejado, a CMNP empenhava-se em “povoar” a região com o apelo da facilidade de aquisição de lotes e da agricultura promissora.

O fato da cidade de Maringá haver se tornado desde cedo um dos principais núcleos urbanos fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná é atribuído a uma série de fatores. A localização a 127 quilômetros de Londrina, no centro geométrico da zona colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, as vias de comunicação com São Paulo e outras região do estado, as condições naturais como topografia e terras férteis para o cultivo do café formam um conjunto de características que se explica em seu processo.

A continuidade da construção da estrada de ferro até Guaíra em 1944, favoreceu a rápida expansão agrícola na parte setentrional do estado. A medida em que os lotes eram colocados à vendas, estendiam-se as vias de acesso e iam sendo implantados os núcleos urbanos, acompanhando o espigão que corta a região.

Os lotes das glebas que circundariam Maringá eram vendidos desde 1938, e em 1942 já haviam sido efetuadas 496 transações imobiliárias, o que corresponde a 12,2% das propriedades rurais que corresponderia ao município de Maringá.

Tabela 1: Maringá – Lotes rurais vendidos, por gleba 1938-1942

<i>Gleba</i>	<i>Ano</i>				
	1938	1939	1940	1941	1942
Atlantic	-	-	-	-	3
Centenário	-	-	-	19	23
Colombo	-	3	-	34	12
Maringá	2	1	3	71	25
Morangueiro	-	5	5	40	5
Paiçandu	1	2	-	12	18
Patr.	3	-	-	2	-
Maringá					
Pinguin	2	6	2	118	31
Sarandy	-	2	10	18	2
Totais	8	19	20	314	119

Fonte: Livros de Registro de vendas de Lotes Rurais da C.M.N.P.

Os lotes eram oferecidos aos compradores já delimitados e providos de uma via de acesso. A maior parte das negociações eram realizadas em Londrina e Mandaguari, e os corretores acompanhavam os compradores até os lotes para verificarem a localização e as condições. Para atender a crescente população que se dirigia a zona rural, eram necessárias estradas que ligassem as glebas, os lotes e

o patrimônio mais próximo. Vários núcleos urbanos foram surgindo: Cambé (1932), Arapongas (1935), Apucarana (1934) e Mandaguari (1936)².

O estabelecimento de um núcleo urbano mais denso, era necessário diante do fato de que a venda era realizada em pequenos lotes rurais. Para tanto, a CMNP reservava, na zona central, uma extensa gleba para o estabelecimento de uma cidade que polarizaria a parte mais ocidental, dividindo com Londrina a liderança regional, funcionando como centro propulsor de progresso para aquela região agrícola. Como relata Andrade (1979 p. 52-53)

A planificação da Companhia de Terras Norte do Paraná em relação aos núcleos populacionais, determinava que as cidades a serem formadas estivessem a uma distância aproximada de 100 quilômetros umas das outras. Porém, entre essas futuras cidades criar-se-iam pequenas vilas que pudessem servir como espécie de centros abastecedores intermediários da região. Próximos às zonas urbanas, seria dividida uma faixa de terra destinada ao incremento e à formação de chácaras para que estas pudessem suprir as necessidades alimentícias da população local, especialmente no que se refere aos produtos frutihortigranjeiros.

Observa-se, nesta citação, que mesmo não havendo referência explícita, havia nas intenções da Companhia, uma influência da corrente inglesa sobre urbanização e a configuração espacial das cidades-jardins. Estas cidades, tornaram-se posteriormente, referências da atuação da CMNP na região, entretanto, a “formação das cidades”, em toda a área de domínio e atuação da companhia, era uma consequência e uma necessidade diante de sua forma de atuação, ou seja, da venda de pequenos lotes rurais.

Enquanto era realizado o projeto urbano da cidade (a ser implantado no denominado “local definitivo”), estabelecia um pequeno povoado no local hoje denominado “Maringá Velho”. Lá, em 1942, estabeleceu a primeira casa do patrimônio, o Hotel Maringá, alojamento de viajantes, empreiteiros, corretores e compradores e ainda, os recém chegados. O povoado tinha apenas algumas transversais e uma rua principal que era ao mesmo tempo a estrada, ou melhor descrevendo, uma rude picada, que demandava para Paranavaí e Campo Mourão. É a este cenário que se remetem muitos dos relatos dos pioneiros.

Também é naquele bairro que está situada a edificação considerada por muitos historiadores como a legítima manifestação de sociabilidade e união. À margem do

² Anos de referência à chegada dos primeiros moradores.

plano para a nova cidade e sem a “intervenção” dos urbanistas e arquitetos da Companhia, uma capela foi construída para as celebrações e manifestações religiosas dos pioneiros.

Apesar de estimular a vinda de moradores para aquele povoamento inicial, havia certo controle e intervenção por parte dos diretores da companhia, como descreve Luz (1999, p. 127):

A Companhia não tinha a intenção de que o “Maringá Velho” fosse o núcleo definitivo. Este seria localizado em terreno menos acidentado, que se adaptasse melhor a um plano urbanístico mais arrojado, permitindo a expansão da cidade; seu centro deveria coincidir com a localização da estação da estrada de ferro. Por essa razão a empresa colonizadora **não permitiu que o patrimônio se expandisse muito.** (...) Dessa maneira conseguiram que vários indivíduos e famílias ali se estabelecessem, **um** em cada ramo de atividade, a fim de que nada faltasse aos habitantes do pequeno núcleo e da zona rural que o cercava, como também aos que ali se encontravam apenas de passagem. (...) Instalaram-se, assim, os primeiros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, tais como hotel, casa de secos e molhados, bar e restaurante, padaria, farmácia. Com o tempo surgiram outras casas de secos e molhados e de tecidos, além de sapataria, sorveteria, posto de gasolina, oficina mecânica, carpintaria, ferraria, etc. (...) A Companhia autorizava, através de uma simples carta, que o indivíduo construísse sua casa, num dos lotes das oito quadras reservadas ao povoamento inicial, com a **condição de que o mesmo se dedicasse a um dos ramos de atividade de que o povoado necessitava.** Ajudava-o inclusive, na construção, fornecendo-lhe o material. O interessado não precisava pagar nada, de início; só mais tarde a venda definitiva dos lotes seria efetivada. (grifos da autora)

Observa-se então que, através de sua ação mercantilista, a CMNP condicionava o “assentamento” dos pioneiros ao atendimento de necessidades do pequeno povoado. Ali instalados, os técnicos da CMNP fizeram o trabalho necessário ao planejamento do chamado núcleo definitivo.

A vida no pequeno povoado dependia visceralmente da crescente e recém chegada população da zona rural. O comércio, a comunicação e os encontros religiosos e sociais que se estabeleciam no pequeno Maringá Velho reuniam famílias que haviam sido atraídas pela oportunidade de prosperar com a agricultura (cafeicultura). Posteriormente, muitas destas famílias foram transferindo seus domicílios para a “planejada” Maringá, em busca de condições mais seguras.

As famílias de pioneiros ao chegarem, construíam como abrigos, rudes construções (ranchos de palmito) nos lotes que adquiriam. A derrubada permitia o emprego de madeira na construção de casas mais seguras. A dificuldade dessas

famílias nos primeiros anos era marcada ainda pela agricultura de subsistência (viviam com o que conseguiam tirar da terra como arroz, milho, feijão e legumes e da criação de bovinos, suínos e galinhas), e pela insegurança da proximidade com a mata selvagem.

Assim, o pequeno Maringá Velho caracterizado por uma rústica rua ladeada por casa de comércio, atendia a necessidades de venda dos produtos agrícolas e compra dos artigos de primeira necessidade. A aquisição de remédios era possível na pequena farmácia, mas as consultas médicas e hospitalização e até mesmo óbito recorriam a Mandaguari, Marialva e até Apucarana e Londrina dependendo da gravidade³.

Em 1946, uma rústica casa de madeira passou a funcionar como a “Casa Isolada” sendo a primeira escola da cidade, sendo elevada à escola pelo prefeito de Mandaguari em agosto de 1947 já com aproximadamente cem crianças matriculadas.

A escola, a igreja, o hospital, o clube social, eram necessidades que os recém chegados iam “resolvendo” naquele pequeno bairro enquanto a cidade planejada mais a leste ia sendo implantada sobre a mata derrubada.

Divergências políticas também foram surgindo, assim como lideranças políticas. Sobre a formação política, Luz (1999, pg. 134) relata:

No caso específico dos dois primeiros líderes políticos de Maringá – Ângelo Planas e Napoleão Moreira da Silva -, esse prestígio advinha do fornecimento de gêneros alimentícios que eles faziam aos peões que, sob as ordens de João Tenório Cavalcanti, derrubavam a floresta e realizavam as queimadas. Eram 800 homens comandados pelo famoso empreiteiro, que precisavam ser alimentados, e quem fornecia os “mantimentos” necessários eram os dois citados comerciantes. Seus armazéns eram verdadeiras cooperativas que ajudaram a “formar” inúmeros sítios, fazendas e chácaras. Assim, se qualquer um deles se dispusesse a enfrentar uma campanha política, poderia contar com os votos dos “peões do Tenório”, se este simpatizasse com o partido escolhido, e de sítiantes e colonos a quem tivesse prestado favores.

Esse tipo de prestígio que se assemelha àquele dos antigos coronéis é comentado por Estrada (1961, p. 17)

³ Segundo registros do Acervo da CMNP, o primeiro médico a atuar na cidade foi Dr. Lafayette da Costa Tourinho, baiano radicado em Cambé, que chegou à cidade em 1947 e montou um pequeno Hospital auxiliado pela Companhia.

O prestígio resulta da soma de pequenos favores prestados à massa indiscriminada dos eleitores, em geral composta de sitiantes, colonos empreiteiros e caboclos, chegados de todos os rumos. Bem diferente das zonas velhas, onde a política se firma na tradição. O prestígio, nas zonas novas, cresce ou diminui em função da mobilidade dos habitantes e da difusão dos benefícios dispensados.

Da construção da primeira casa do patrimônio no Maringá Velho (o Hotel Maringá) em 1942, até a venda do primeiro lote urbano no núcleo planejado em 1947, a função efetiva do povoamento Maringá Velho era dar suporte à cidade que estava sendo planejada. Além dos peões que trabalhavam nas derrubadas, a equipe técnica da CMNP circulava entre as famílias que já se estabeleciam na zona rural.

Neste mesmo período, os registros de transações constantes nos arquivos referem-se quase exclusivamente a lotes rurais, uma vez que a cidade ainda estava “na prancheta”.

Tabela 2: Maringá – Lotes rurais vendidos, por gleba 1943-1947

<i>Gleba</i>	<i>Ano</i>				
	1943	1944	1945	1946	1947
Atlantic	1	72	12	4	-
Caxias	16	-	-	-	-
Centenário	31	43	13	-	1
Chapecó	-	7	1	-	-
Colombo	32	13	5	1	-
Maringá	90	44	15	5	1
Morangueiro	15	3	8	2	-
Paiçandu	31	3	1	-	-
Patr.	-	-	-	-	27
Iguatemi					
Patr.	33	17	3	3	223
Maringá					
Pinguin	44	13	4	8	-
Sarandy	9	7	15	-	-
Totais	302	222	77	23	252

Fonte: Livros de Registro de vendas de Lotes Rurais da CMNP

No núcleo urbano nascente, a Companhia construiu o escritório para onde transferiu suas atividades, e iniciou a venda de lotes⁴ em 06 de maio de 1947. A pedra fundamental da cidade foi lançada em 10 de maio de 1947, data em que se comemora a fundação da cidade. Fato curioso, como a cidade foi “planejada” para polarizar o desenvolvimento regional, sua emancipação e elevação à categoria de município (que só aconteceu em 14/12/1952) não foi considerada na escolha desta data, mas sim a sua “fundação” como obra urbana.

A ligação dos dois núcleos (o antigo e o planejado) se dava por uma larga avenida aberta em plena mata. Na área entre ambas foram abertas ruas e vendidos os lotes a partir de 1950. Ainda sobre a relação entre os dois núcleos, Luz (1999, p. 137) menciona:

À primeira vista poder-se-ia pensar que os dois núcleos - o primitivo e o novo - se desenvolveriam separadamente, fazendo inclusive concorrência entre si. O antigo patrimônio, que a princípio tomara grande impulso, parecia estacionado, permitindo que o novo, surgido alguns anos depois, lhe tomasse a dianteira. Mas, de acordo com o plano da empresa colonizadora, as duas localidades eram partes de um todo, prevendo-se a sua interligação e a formação, ao lado do mais antigo, de um grande bairro residencial - a zona 5.

Como reconhecimento da importância do povoado do Maringá Velho ao novo núcleo, o projeto urbanístico executado pela CMNP, no antigo bairro, “arrematou” a larga avenida que liga as duas áreas e corta a cidade, com uma praça que recebeu posteriormente uma homenagem através do “Monumento ao Desbravador”⁵.

Numa publicação da CMNP o pioneiro (e diretor da colonizadora) relatou:

Nos primeiros anos a cidade não diferia das demais que abrimos no Norte do Paraná. Ruas de terra, mal definidas e com terrenos de um lado e de outro onde se viam raízes e troncos semicarbonizados. Muita poeira em dia de sol e lama até os tornozelos em dia de chuva. Era uma beleza ver a mata pertinho: altas perobas, figueiras, paus-d’alhos, tudo ao alcance dos olhos bastando chegar à janela. [...] Muitos começavam assim e ficaram ricos. De um lote pequeno passaram a um maior, depois outro, enfim um sítio e depois uma fazenda. Na cidade era a mesma coisa. **Bastava querer**

⁴ Segundo registros, em 06 de maio de 1947, foi realizada a primeira venda de lote do denominado Núcleo planejado, data nº 1, quadra 9, zona 1. comprador: Zilbo da Silva

⁵ De acordo com informações do acervo do IPHC - Instituto do Patrimônio Histórico e Cultura, a estátua esculpida por Henrique Aragão, retrata com a nudez a simplicidade do pioneiro que aqui chegou sem nada e construiu a cidade. A mãos estendidas para o alto, parece querer alcançar o infinito ou o céu de onde todo homem procede.

trabalhar, agir honestamente, e logo o indivíduo tinha crédito e tinha a vida toda pela frente. (grifos da autora)

Havia, para os funcionários da colonizadora, um plano pra a compra de lotes rurais, datas e casa própria⁶. Mesmo com iniciativas como a instalação de luz elétrica na Avenida Brasil, colocação de “meios-fios” e calçamento com paralelepípedos nas vias principais, a instalação de agência arrecadadora e subprefeitura a cidade ostentou nos anos de 47 e 48, o título de “cidade fantasma”. O romance histórico de Vieira (1999, p. 144) descreve o cenário:

Maringá crescia apesar do aspecto amedrontador que as casas vazias davam à cidade. Talvez pela fama de seu traçado impecável, inteligente, nascido numa prancheta de um arquiteto sensível e humano. Talvez, também pela cláusula que a Cia. de Terras Norte do Paraná mantinha nos contratos: quem comprasse um lote (data) no perímetro urbano, assumia o compromisso de construir uma casa num determinado prazo. Os adquirentes cumpriam à risca a cláusula e a cidade crescia em casas, mas sem alma dentro ela se transformava em cemitério, em cidade desabitada, em cidade fantasma. Para completar o quadro fantasmagórico, as avenidas exibiam tocos enormes de perobas semi queimadas, raízes de árvores gigantescas apontadas para o céu, rua e praças sem arborização, sem luz e cheias de buracos enormes. As noites eram tenebrosas. Vultos silenciosos se moviam no escuro. Alguns se moviam como sombras e outros levando uma lanterna ou lampião numa das mãos e, na outra, uma arma.

A determinação (contratual) de construir nos terrenos dentro do primeiro ano foi movida pela intenção de apressar o desenvolvimento da cidade, povoá-la e evitar a especulação com a simples venda de lotes a terceiros visando lucro fácil sem a intenção de se edificar. (LUZ, 1999, p.139). Ainda, tal “determinação” não era a única: os padrões das edificações, dimensões, materiais utilizados e até a quantidade de “portas” para instalações comerciais também eram determinadas contratualmente.

Diante da tão falada “facilidade” para a aquisição de lotes rurais e do apelo da prosperidade pela cafeicultura, eram estes (lotes rurais) que realmente atraíam grandes contingentes. Por esta razão, quando do início das vendas dos lotes

⁶ Segundo depoimento do Sr. Pedro Halchuk, empregado da companhia, as prestações mensais correspondiam a 25% do salário recebido.

urbanos no núcleo planejado, os principais compradores eram os cafeicultores da região, que viam na cidade uma condição mais segura a suas famílias.

As informações do acervo da CMNP são frágeis no sentido que, até o início da venda de lotes no núcleo planejado, as informações referiam-se quase sempre aos lotes rurais.

As tabelas apresentadas a seguir, ilustram as atividades de venda de lotes na região.

Tabela 3 Lotes vendidos por gleba e área 1938-1973

<i>Gleba</i>	<i>Área em alqueires</i>								
	0-3	3-5	5-10	10-15	15-20	20-30	30-50	50-100	+100
Atlantic	1	52	38	19	13	8	14	-	1
Caxias	3	6	5	1	1	-	-	-	-
Centenário	-	28	58	22	11	6	4	2	-
Chapecó	-	-	2	2	-	3	1	-	-
Colombo	5	15	44	19	4	10	2	3	-
Maringá	4	68	105	32	14	16	8	9	1
Morangueiro	-	11	27	16	9	10	2	7	2
Paiçandu	1	10	22	7	10	6	8	4	-
Patr. Iguatemi	116	54	13	1	-	-	-	-	-
Patr. Maringá	563	71	28	3	2	1	1	-	-
Pinguin	7	36	77	34	31	26	11	4	2
Sarandy	-	14	25	10	4	5	3	2	-
Totais	700	318	444	166	99	91	54	31	6

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de informações do acervo da CMNP

A intenção da colonizadora de vender lotes menores, confirmou-se na maior parte das glebas da região que corresponde a Maringá. Aproximadamente 85% dos lotes vendidos no período são de até 20 alqueires. Os lotes com mais de 50 alqueires correspondem a pouco menos de 2%. Os poucos casos isolados de grandes propriedades acabaram sendo posteriormente fracionadas.

Tabela 5 Lotes vendidos por área e ano de venda 1938-1973

Gleba	Área em alqueires								
	0-3	3-5	5-10	10-15	15-20	20-30	30-50	50-100	+100
1938	2	2	2	-	-	-	-	1	1
1938	2	1	5	1	4	2	1	3	-
1940	1	1	5	3	-	4	1	5	-
1941	1	55	115	59	34	32	10	7	1
1942	1	24	47	17	14	7	8	1	-
1943	13	92	107	30	17	24	11	7	1
1944	9	23	87	44	21	16	16	4	2
1945	4	9	37	6	7	6	7	1	-
1946	3	6	8	2	2	-	-	2	-
1947	205	34	12	1	-	-	-	-	-
1948	150	38	4	-	-	-	-	-	-
1949	59	14	6	1	-	-	-	-	1
1950	24	4	4	1	-	-	-	-	-
1951	4	-	-	-	-	-	-	-	-
1952	40	8	-	-	-	-	-	-	-
1953	11	3	1	-	-	-	-	-	-
1954	1	-	2	-	-	-	-	-	-
1955	4	-	1	-	-	-	-	-	-
1956	9	1	-	-	-	-	-	-	-
1957	12	-	1	-	-	-	-	-	-
1958	11	-	-	-	-	-	-	-	-
1959	52	-	-	-	-	-	-	-	-
1960	43	-	-	-	-	-	-	-	-
1961	15	-	1	-	-	-	-	-	-
1962	4	2	-	-	-	-	-	-	-
1963	2	-	-	-	-	-	-	-	-
1964	13	1	-	-	-	-	-	-	-
1965	1	-	-	-	-	-	-	-	-
1968	2	-	-	-	-	-	-	-	-
1969	1	-	-	-	-	-	-	-	-
1973	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	700	318	444	166	99	91	54	31	6

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de informações do acervo da CMNP

Observa-se na tabela acima que a maior parte da venda dos lotes foi realizada entre os anos de 1938 e 1947 (ano de início da venda intensiva de lotes urbanos). Neste período, a empresa já havia realizado aproximadamente 71% de suas transações. A partir da emancipação do município e início do mandato do primeiro prefeito, pouco menos de 10% de lotes foram negociados.

Quanto à procedência dos primeiros compradores de terras, nas informações do acervo da colonizadora não se esclarece sobre o critério utilizado. Muitos deles

vinham de outras regiões do mundo e, após temporadas nas fazendas de café em São Paulo, aportavam no norte do Paraná. Dentre os registrados como brasileiro, não existe definição sobre o estado de procedência. Contudo, é possível observar que, entre os estrangeiros, os espanhóis são maioria, seguidos pelos japoneses.

Tabela 6 Nacionalidade dos compradores de lotes rurais

Gleba	Nacionalidade																							
	Brasileira	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Japonesa	Alemã	Húngara	Romena	Ucraniana	Polonesa	Eslava	Iugoslava	Suíça	Inglesa	Síria	Russa	Tcheca	Americana	Holandesa	Dinamarquesa	Austriaca	Francesa	Sulamerican ^a	Outras
Atlantic	74	5	6	3	1	-	3	5	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Caxias	15	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centenário	101	3	10	8	2	1	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapecó	6	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colombo	84	4	5	3	-	1	1	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maringá	202	10	6	21	8	1	3	2	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morangueiro	48	-	6	9	5	4	-	3	1	-	-	3	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paiçandu	54	3	2	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patr.	158	6	5	8	1	-	-	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iguatemi																								
Patr.	496	12	13	21	49	13	1	2	-	10	-	3	1	11	4	15	1	1	1	2	3	2	3	2
Maringá																								
Pingüim	166	12	7	20	3	9	1	-	-	-	-	1	-	2	1	1	3	1	1	-	-	-	-	-
Sarandy	49	1	7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	1453	56	67	102	74	30	12	12	5	12	2	7	5	14	10	24	4	2	2	2	3	2	4	2

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de informações do acervo da CMNP

2.3.1 Maringá: “cidade-jardim”

Nos dias atuais, é comum que o nome da cidade Maringá remeta ao histórico “negócio” da Companhia Melhoramentos no Norte do Paraná ou à característica de cidade planejada, mais ainda, à cidade jardim.

O conceito urbanístico de cidade jardim foi proposto pelo inglês Ebenezer Howard em 1902 na publicação intitulada *Garden Cities of Tomorrow*. O esquema proposto referia-se não a um modelo espacial, mas sim a um esquema teórico de uma cidade autônoma, de gestão comunitária, de dimensão limitada por extensa faixa agrícola que a cercava e que, caracterizada por altas taxas de área verde, seria uma alternativa para o caos e a decadência urbanos na Inglaterra do final do século XIX. Em outras palavras, uma comunidade autônoma, cercada por um cinturão verde, num meio-termo entre campo e cidade, aproveitando as vantagens do campo e eliminando as desvantagens das grandes cidades.

De acordo com Andrade (2005, [s.n.]

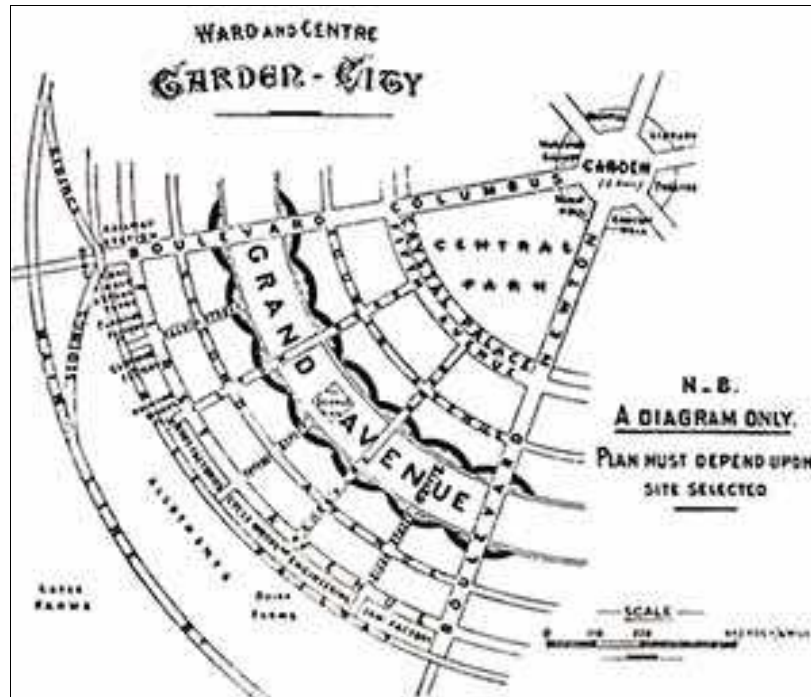
A visão utópica de Howard foi uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade, pobreza e poluição nas cidades por meio de desenho de novas cidades que tivessem uma estreita relação com o campo. Ele apostava nesse casamento cidade-campo como forma de assegurar uma combinação perfeita com todas as vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades e entretenimento juntamente com a beleza e os prazeres do campo;

A proposta de Howard, que enfatizou não se tratar de plantas definitivas, mas de conceitos a serem considerados para determinada realidade geográfica, previa uma área rural de urbana de 2.000 hectares⁷ para 2.000 habitantes. A área urbana de 400 hectares seria ocupada por 30.000 habitantes divididos em 06 seis partes ou bairros com 5.000 habitantes. Assim, a área rural seria ao mesmo tempo um amortecedor e um controlador do crescimento populacional na área urbana que, no limite de sua capacidade suporte, deveria originar outras cidades. Os seis setores urbanos seriam delimitados por seis bulevares arborizados, com 36 metros de largura, que se irradiariam desde o parque central estendendo-se até o perímetro externo. A ferrovia, após cercar a cidade adentraria o ambiente rural e a estrutura

⁷ Unidade de medida de área equivalente a 100 ares ou 10.000 metros quadrados.

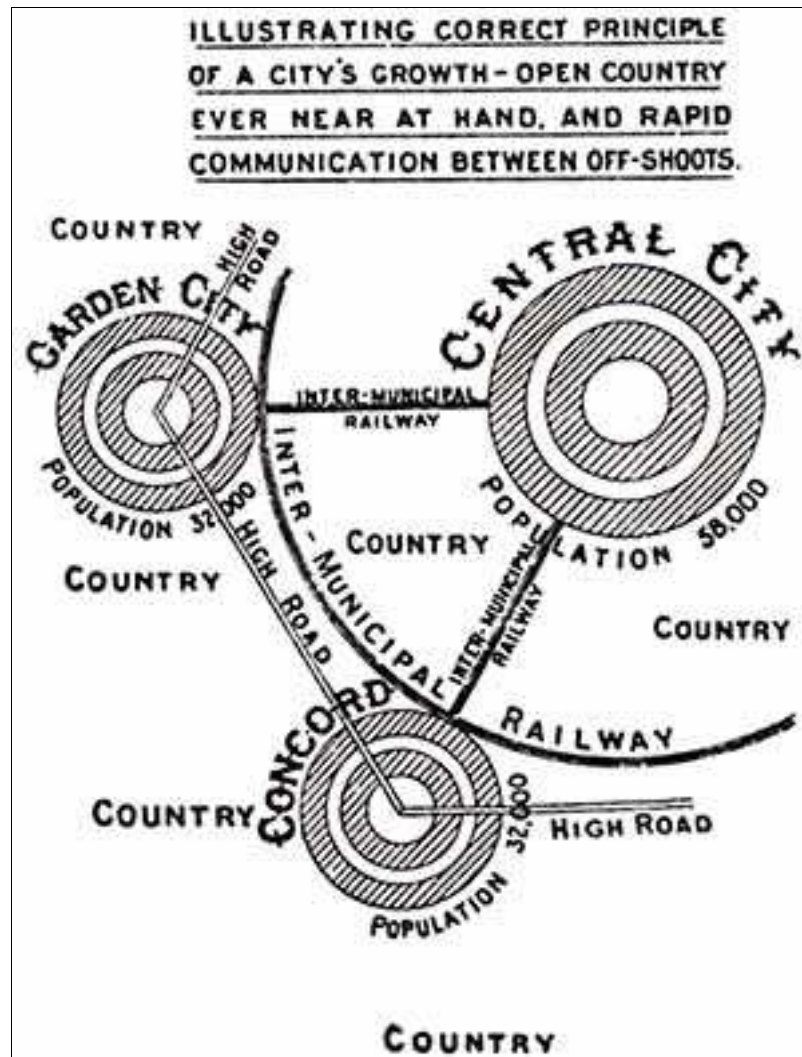
viária se completaria com cinco avenidas arborizadas concêntricas ao parque central.

Figura 1 Diagrama de Howard (distrito ao centro e a cidade dividida em seis setores)



Fonte: <http://www.rickmansworthherts.freemove.co.uk/howard1.htm>

Figura 2 Diagrama de Howard (constelação de cidades)



Fonte: <http://www.rickmansworthherts.freemove.co.uk/howard1.htm>

Nas premissas deste “diagrama de assentamento” estariam ainda outros ideais amplamente defendidos, como explica Rego (2001, p. 1570):

De acordo com este planejamento urbano e territorial de Howard, a terra agrícola deveria ser adquirida pela comunidade organizada. O empréstimo que financiaria essa compra seria autorizado por meio de cotas de participação de menor valor do que o custo usual do arrendamento da terra ou aluguel de imóvel urbano, mesmo que nestas cotas estivessem embutidos os custos de construção de infra-estrutura urbana, dos edifícios comunitários e da manutenção do empreendimento. Neste caso, o solo urbano rural passa a ser patrimônio coletivo dos moradores da cidade; ninguém se torna proprietário da sua casa, comércio ou terra rural. As cotas de participação, pagas mensalmente, habilitariam o contribuinte a usufruir o terreno, além de contribuir para a amortização do empréstimo obtido, financiar a construção da infra-estrutura urbana, sistema viário,

edifícios públicos e sustentar a manutenção e a administração da cidade, ou seja, o lucro do empreendimento seria revertido para a própria comunidade.

As idéias de Howard foram materializadas por Raymond Unwin e Barry Parker nos projetos das cidades inglesas de Letchworth e Hampstead.. Da experiência prática, Unwin publica *Town planning in practice*, mas se distancia dos ideais de Howard. Na introdução, esclarece seu empenho em encontrar uma bela forma de expressão para a vida da comunidade.

Em 1917, Parker veio a São Paulo através da *City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited.*, mais conhecida como “Cia City”. O período de dois anos de Parker no Brasil deixou um legado que é objeto de estudos na área da arquitetura e urbanismo. Entre os empreendimentos da Cia City, estão os bairros Butantã (1935), Pacaembu (1925), Alto da Lapa (1921) e o pioneiro Jardim América, explorado no livro de Sílvia Wolf. (2001).

No período na Cia City, Parker não deixou de influenciar o então estagiário em início de carreira Jorge de Macedo Vieira. Antes de expressar as idéias de soluções formais do tipo *garden cities* na cidade de Maringá e Cianorte, Vieira executou projetos em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo os principais: Chácara da Mooca, Parque Edu Chaves, Vila Nova Manchester, Jardim da Saúde, Jardim Japão, Vila Isa, Nova Campinas, Chácara da Barra (estes três em Campinas), Vila Campesina (Osasco), a cidade balneária de Águas de São Pedro e o Jardim Guanabara (Rio de Janeiro).

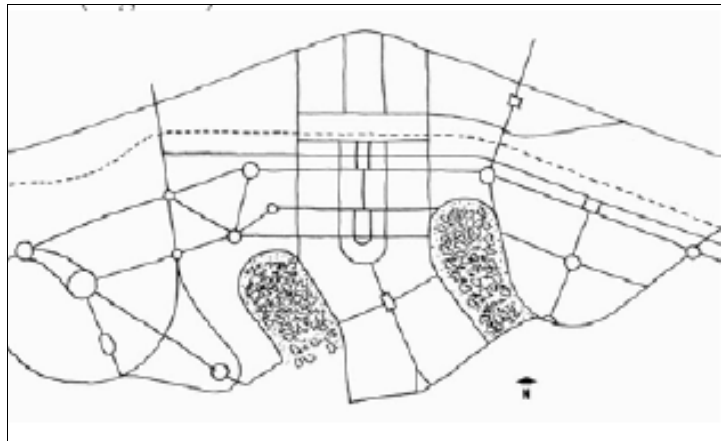
No seu trabalho em Maringá, Jorge de Macedo Vieira imprimiu ao desenho da cidade o caráter das soluções do tipo *garden city* e, nos desenhos revelou grande sensibilidade para os princípios formais determinados por Parker e Unwin e pela natureza do local. Vieira foi contratado pela CMNP e, curiosamente nunca visitou o lugar. Seu trabalho baseou-se em estudos topográficos na companhia. (REGO, 2001 p. 1574)

A riqueza de detalhes do projeto se explica na medida em que se retorna ao caráter mercantilista com que a companhia colonizadora atuava. A aplicação dos conceitos que agregassem atratividade era fundamental ao sucesso do empreendimento.

O “local definitivo” determinado pela companhia para a instalação do núcleo urbano aguardava a definição do traçado da linha férrea. A partir de então, o projeto

considerou a linha férrea no sentido leste-oeste dois pequenos vales que foram delimitados como parques urbanos para preservação de suas nascentes, e entre eles, um meio plano, ideal ao centro da vida comunitária.

Figura 3 Esquema de vias principais e circulação urbana.



Fonte: Rego (2001, p. 1574)

A área central com traçado regular, seria delimitada pela rodovia ao norte, acompanhada de uma avenida no sentido leste-oeste, e pelos bosques a leste. Na convergência das vias principais, um espaço circular, com tráfego em uma só direção para facilitar a circulação foram uma indicação de (UNWIN, 1984 *apud* REGO, 2001, p. 1574). Estes espaços ficaram conhecidos na cidade como “redondos”, áreas verdes públicas, de circulação, por vezes cercada (“fechada”) por edificações agrupadas, dependendo de sua localização mais central ou periférica. A abundância destes espaços, que posteriormente deveriam ser densamente arborizados, uma recomendação da CMNP que coincidia com as recomendações de Unwin.

Ainda quanto às praças, Unwin recomendava que a praça central não coincidissem com a praça da estação. Assim Vieira o fez em Maringá: duas praças distantes ligadas por uma larga avenida de 600 ms de comprimento e 46 ms de largura, com canteiro central e passeio de pedestres (Avenida Getúlio Vargas).

Sobre a forma das praças, não retangulares, mas oblongas, mantendo proporção em largura e comprimento. Praças circulares, oblongas, em meia lua, triangulares, e até retangulares, mas menos regulares, podem ser encontradas na

cidade atendendo a cada necessidade específica a seu entorno⁸. Enfim, Vieira “tentou” seguir muitas das recomendações de seus mestres.

A hierarquia entre as vias principais e secundárias fica clara à medida que estas diferem em largura, de 20, 30, 35 e 40 m, pela presença eventual de canteiro central e arborização. Neste aspecto, visualmente distinguíveis quanto a sua hierarquia, as ruas e o traçado da cidade, aliado a urbanização uniforme em cada via, colabora para a legibilidade do espaço, de que trata Grinover (2003, p. 06).

Na comparação do anteprojeto com o projeto efetivamente implantado, observa-se uma redução nas iniciais 60 praças. Da mesma forma, vários prédios públicos foram executados em menor número.

A aplicação dessas idéias neste “núcleo central” estendia-se para os bairros como cita Rego (2001, p. 1574)

(...) os bairros também são dotados de um centro, produzindo o mesmo efeito da área central da cidade em escala menor, atuando como ponto focal da zona, servindo de instrumento de hierarquização dos espaços urbanos, contribuindo para se fazer perceber a identidade da área com mais clareza. Muitas das praças da cidade têm sua forma resultante da confluência de vias, como os “redondos”, cuja forma circular é determinada pela melhor circulação; resultante também do espaço conseqüente da articulação entre a malha regular e o traçado orgânico de certas partes da cidade, ou ainda, foram inseridas deliberadamente para criar o centro secundário de uma zona ou evidenciar a área como ponto focal, e neste caso ganham uma forma desenhada especificamente para o lugar.

A partir desta zona central, Vieira projetou a cidade que deveria abrigar 200.000 habitantes em 50 anos⁹. O anteprojeto contava com três zonas residenciais (principal, popular e operária, com dimensões de lotes em consonância em esta destinação), uma zona industrial (ligada à linha férrea e rodovia) zona comercial, dependências e armazéns da estrada de ferro e os núcleos comerciais.

Observa-se neste zoneamento, a existência clara de distinção de classes sociais, uma vez que até mesmo a dimensão dos terrenos e sua proximidade e acesso ao centro principal eram distintas. Como menciona Rodrigues (2005, p. 63):

⁸ Um recente trabalho (DE ANGELIS, 2000) analisou e caracterizou um conjunto de 102 praças de Maringá em quatro grupos de acordo com seu uso habitual: de igreja, de descanso e recreação, de circulação e de significação visual.

⁹ Dados do IBGE demonstram um grande crescimento demográfico, o que conduziu a várias manifestações de medo de invasão por grupos indesejados, como demonstra o trabalho de Campos (1999 ps. 315-332)

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1945) projetou a cidade com espaços residenciais diferenciados que deveriam ser ocupados pelas classes respectivas: no centro da cidade e proximidades localizaram-se as áreas residenciais “principais”, a oeste as “populares”, e a leste, próximo à zona industrial, a área residencial “operária” Pressupõe-se que a definição inicial que diferenciava os espaços para moradia foi, por si só, um indicativo de segregação social que originou o deslocamento das camadas populares para as extremidades marginais (bordas) da cidade desde o princípio da ocupação.

Edificações públicas situadas em quadras inteiras destacadas por áreas verdes ou praças destacavam-se do seu entorno. Eram igrejas, escolas, institutos profissionalizantes, hospitais, asilos, campos de esportes, parques infantis, que acabaram sendo implantados em número reduzido.

A cidade concebida nos moldes de “cidade-jardim” precisava de um jardineiro para promover a arborização tão urgente com a paisagem desoladora de queimadas e calor tropical. O trabalho do engenheiro florestal especialista em botânica, Dr. Luiz Teixeira Mendes trazido pela Companhia para a tarefa, foi assistido por Aníbal Bianchini da Rocha.

A “decoreção natural” também seguia recomendações de Unwin, com uma terceira fileira de árvores (canteiro central) nas vias principais mais largas. Cada via com um tratamento diferenciado, com determinado tipo de árvore distinto das vizinhas, conferindo-lhes individualidade, contrapondo a uniformização. Assim, as floras subseqüentes em diferentes partes da cidade ao longo do ano reforçam o princípio estético do projeto e confere qualidade de vida (ao menos visual) na área urbana. (REGO, 2001 p. 1575).

Tabela 7 Arborização na zona central de Maringá

Avenida, rua, praça	Nome popular	Nome científico
Praça Sete de setembro	Acácia	<i>Acácia cultiformis</i>
Praça Interventor Manoel Ribas	Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>
Avenida Tamandaré	Paineira	<i>Chorisia speciosa</i>
Avenida Brasil	Ipê Roxo	<i>Tabebuia avellanedae</i>
Avenida Paiçandu	Ipê Amarelo	<i>Tabebuia chrysotricha</i>
Avenida Dr. Gastão Vidigal	Pata de Vaca	<i>Baulrinia variegata</i>
Avenida Cerro Azul	Flamboyant	<i>Delonix regia</i>
Avenida Duque de Caxias	Jacarandá Mimoso	<i>Jacarandá mimisaefolia</i>
Avenida Duque de Caxias (canteiro central)	Tamareira do Oriente	<i>phoenix dactylifera</i>
Avenida Anchieta	Acácia Imperial	<i>Cássia ferruginea</i>
Avenida Rio Branco	Pau Ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i>
Avenida XV de Novembro	Pau Ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i>
Avenida XV de Novembro (canteiro central)	Palmeira Imperial	<i>Roystonea oleracea</i>
Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes	Figueira Branca	<i>Ficus guaranítica</i>
Rua Neo Alves Martins	Alecrim	<i>Holocalyx balansae</i>
Avenida Tiradentes	Flamboyant	<i>Delonix regia</i>

Fonte: tabela criada pela autora

Considerando essas aplicações no plano urbano da cidade. Rego (2001, p 1577) concluiu:

Deste modo, sabe-se que a idéia original de Howard de cidade-jardim não perpassa o desenho urbano de Maringá. A prática do urbanismo de Unwin e de Parker em Letchworth e Hampstead, compilada no texto de Unwin e aplicada por Parker nos projetos da Cia. City em São Paulo influenciaram e formaram a prática projetual de Jorge de Macedo Vieira, que adotou as soluções formais e os princípios de desenho daquelas duas cidades na composição da forma urbana maringaense. A consideração das preexistências como base para o projeto, o traçado irregular consoante com as características naturais do terreno, a presença maciça do verde como elemento decomposição do espaço urbano, o caráter artístico da malha urbana, em especial o efeito do traçado regular da área central, a forma das praças, a composição pitoresca de edifícios e espaços públicos 'fechados', a estrutura de bairros e centros, as vias e sua caracterização, a valorização da individualidade urbana a partir das particularidades de cada contexto aproximam a forma urbana de Maringá ao tipo cidade-jardim que Unwin e Parker materializaram.

Tão importante quanto a aplicação destes conceitos, é a forma como estes se mantiveram ao longo do tempo e com o desenvolvimento populacional da cidade. No

trabalho de Bozzi (2004,[s.n.]) sobre sociologia urbana, a autora salienta que a idéia de planificação ou projetamento permaneceu enraizada na cidade no que ela tratou como “preciosismo” em atender prontamente a determinação do Ministério das Cidades em elaborar, por duas vezes, seu Plano Diretor Urbano.

O vigor do processo de urbanização e de desenvolvimento econômico social e das demais estruturas da sociedade, conduziu a índices de crescimento populacional intoleráveis para a manutenção do projeto urbano original (como mencionada, 200.000 habitantes em 50 anos). Esgotados os limites territoriais do projeto inicial, as políticas públicas e leis de zoneamento e uso e ocupação de solo não foram capazes de manter na íntegra, aquilo que se produziu no projeto original.

São atribuídos à municipalização (e eleição do primeiro prefeito, representante de uma elite de empresários e insatisfeitos com a atuação da companhia colonizadora), os primeiros problemas na conservação da qualidade urbanística exigida no projeto inicial. Problemas de legislação, “atrasaram” obras de caráter urbanístico e diversos loteamentos não respeitaram as dimensões exigidas. A degradação de boa parte da área rural em virtude da especulação das áreas urbanas, buscava garantir o provável desenvolvimento que estava sendo articulado.

Sobre os efeitos práticos da especulação imobiliária na cidade Antônio (2005, [s.n]):

Devido ao crescimento das cidades, o aumento e a demanda por serviços, em sua maioria, encontrados no centro, provocam a valorização das áreas mais próximas desse centro, consideradas *finas* e, portanto, mais valorizadas. Desta maneira, o mercado imobiliário, ora cria loteamentos às classes mais favorecidas, ora às desfavorecidas, ocasionando, sem notarmos, a segregação sócioespacial, que aparece como problema da cidade quando os moradores desses espaços necessitam acesso ao trabalho e aos serviços urbanos. Ocorre, também, a auto-segregação possibilitada às classes médias e altas, que se deslocam para locais mais seguros e desejados, como os atuais condomínios. Em Maringá podemos ver esta divisão de bairros mais desprovidos de condições e o mais “seguro”, trabalhando a história da Vila Esperança localizada na zona 7, fundada em 1974 e os bairros da década de 90. Em 1974 a Vila Esperança foi inaugurada para ser o bairro para trabalhadores, tanto que no lugar das ruas largas da cidade modelo foram feitas ruelas e ruas com calçadas pequenas. Em 1990, foi criado um condomínio fechado e um bairro próximo à vila, onde somente puderam ser construídas residências maiores de 100 metros quadrados, o Jardim Imperial, cujo nome – “imperial” – traça uma analogia interessante para um bairro mais “nobre”. Entre esses dois bairros, foi loteada uma parte da fazenda da família Dias, que é, hoje, o Bairro Cidade Jardim, cujas casas podem ser menores que 100 metros. Assim, temos dois bairros, com menos e mais segurança, e no meio destes o bairro – Bairro Cidade Jardim – que não tem a atração do Imperial nem é “pequeno” como a Vila Esperança.

Observa-se aí que, já no início da década de 1970, bairros populares (o bairro supracitado não é o único nesta classe) foram concebidos totalmente à margem das premissas aplicadas na zona central. Situação esta que se mantém com maior ou menor intensidade ao longo do tempo. A ocupação sócio-espacial no município de Maringá e região metropolitana também tem sido objeto de estudos (RODRIGUES, 2005, p. 72), em das peculiares políticas e práticas de desfavelamento e até da inexistência de favelas:

A intervenção do poder público na resolução dos problemas foi abrangente, resolvendo, por exemplo, o problema da existência de favelas, nas décadas de 1970 e 1980. Teve início na administração de Sílvio Magalhães Barros (1973-1977), prosseguindo no segundo mandato do prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) e finalizando no mandato seguinte do prefeito Said Ferreira (1983-1988). **Os moradores das 14 pequenas favelas (próximas ao cemitério) foram transferidos para núcleos populares construídos com recursos públicos, como é o caso do bairro denominado Santa Felicidade** (Profilurb), onde hoje se concentra grande número de pessoas cujas rendas eram e se mantêm muito baixas. As cidades de Sarandi (Jardim Independência) e Paiçandu (Vila Guadiana) também se constituíram em espaços que acolheram os desfavelados de Maringá. Nos anos 1980, outros núcleos de “habitação subnormais” (denominação que o IBGE dá às favelas) foram desfeitos com a transferência dos moradores para conjuntos habitacionais, como o Conjunto Roberto Requião (com 1.166 casas), por exemplo, construído durante a gestão de Ferreira. Enfim, o processo de desfavelização [...] constituiu-se na **continuação do processo de embelezamento que sempre caracterizou o desenho da cidade, bem como na conservação do processo de segregação residencial das populações de baixa renda para fora dos espaços destinados às elites**, pois as áreas onde as favelas foram se formando, na região do cemitério, são muito próximas da zona residencial principal e do centro da cidade. À medida que, em Maringá, preservou-se o território urbano das contradições sociais aparentes, cujo símbolo maior são as favelas, pode-se inferir que **o processo de segregação da pobreza foi bastante eficiente. Em nome da preservação do belo traçado, do desenho arquitetônico, das concepções urbanísticas, legitimou-se o afastamento de elementos que não poderiam compor uma paisagem tão encantadora.**(grifos da autora)

CAPÍTULO III – MARINGÁ HOJE

3.1 MOVIMENTO REPENSANDO MARINGÁ

A abordagem sobre o movimento “Repensando Maringá” tem por objetivo ilustrar o contexto da criação ou da gênese do desenvolvimento do turismo no município. As circunstâncias da criação do Maringá e região Convention & Visitors Bureau, principal articulador do desenvolvimento turístico na cidade, explicam seus interesses e formas de atuação. Trata-se de fatos ocorridos há pouquíssimo tempo e que ainda não foram explorados em pesquisas científicas.

Assim como outras cidades de base agrícola, em meados da década de 1990, a economia de Maringá estava perdendo o seu dinamismo. O município de Maringá, assim como toda a região polarizada (na época, aproximadamente 1,8 milhões de habitantes), possuía uma economia fundada na atividade industrial, mas significativamente dependente das atividades primárias. Também a sua função de prestadora de serviços regionais, apresentava elevado grau de dependência com a dinâmica do setor primário regional.

Nitidamente o modelo primário exportador que era a base da economia regional e que, portanto, indutor do processo de crescimento e desenvolvimento local, se mostrava esgotado. Alguma forma de intervenção era necessária para que a cidade retomasse o seu processo histórico de desenvolvimento.

O quadro, não uma exclusividade da região, mas de um conjunto de fatores econômicos nacionais e internacionais que influenciavam este processo.

De acordo com estudos do CODEM (2000), a combinação da abertura econômica e conseqüente redução das tarifas de importação promovida pelo Governo Collor com a efetiva implementação do Mercosul à partir do Acordo de Ouro Preto, expôs a falta de competitividade da economia local e regional à concorrência internacional. O segundo fator foi a política cambial do Plano Real que submeteu toda a indústria à competição internacional facilitada pela apreciação da moeda nacional. A indústria têxtil local, formada no final dos anos 1980 e altamente empregadora de mão de obra foi fortemente atingida.

Havia ainda no Brasil, uma onda de industrialização provocada pela chegada de montadoras da indústria automotiva. A promessa de geração de empregos levou algumas cidades à disputa por sediar estas fábricas e reconfigurar a sua economia.

Maringá manteve-se longe das disputas, mas não das discussões sobre a industrialização maciça, rejeitada ferrenhamente por segmentos mais tradicionais da cidade ligados à atividade primária. Ainda, a atração dessas indústrias dependia do setor público, com políticas de incentivo e benefícios.

Um grupo de empresários locais, viu neste quadro a necessidade de rearranjo do sistema produtivo local. Tratavam ao mesmo tempo da necessidade de mudanças econômicas regionais e de controle e intervenção e participação nas decisões e direcionamentos.

Iniciou-se um processo de discussão e envolvimento de outras lideranças representativas de entidades empresariais, de classes, políticas, de clubes de serviços, religiões, de ONGs, de Instituições de Ensino, com o propósito de buscar, juntos, a definição de um novo caminho para a Cidade de Maringá. Deste envolvimento resultou o que foi batizado de Movimento Repesando Maringá.

Sem o alarde de uma ação política partidária, o movimento contou com o suporte técnico do SEBRAE local que organizou e conduziu um *workshop* com o objetivo de estabelecer uma visão de futuro para a Cidade, a Maringá 2020, ou seja, estabelecer a cidade desejada para o futuro.

A partir de então, a sociedade organizada já passava a formar convicção sobre o que pretendia para a cidade. No entanto, esse esforço de organização, articulação e de formação de visão de futuro não poderia constituir-se somente num esforço isolado e que não provocasse reflexos no processo de desenvolvimento da cidade. Era preciso a articulação com o poder político, no sentido de se estabelecer instrumentos que fossem capazes de dar continuidade ao esforço empreendidos naquela organização.

Proposta a sua criação, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá –CODEM foi instituído por Lei Municipal nº 4275, de 11/09/96, como órgão do Município, encarregado de propor e fazer executar políticas de desenvolvimento econômico e com competências deliberativas e consultivas. Assim poderiam e deveriam ser disponibilizados pelo Município, recursos que pudessem financiar a elaboração de estudos, projetos e planos de desenvolvimento, o fomento do desenvolvimento, e o investimento em infra-estrutura e na formação de capital de empreendimentos.

O órgão foi criado para a execução das políticas de desenvolvimento que foram estabelecidas nas discussões do movimento. O norte orientador dessas políticas estabelecia, por áreas, as prioridades para o desenvolvimento econômico.

O que se ressalta no histórico do Movimento Repensando Maringá é justamente a sua força e capacidade de mobilizar setores. Ainda, os quase 80 líderes envolvidos nas discussões preliminares, representavam a elite econômica da cidade, cujos interesses (econômicos) são evidenciados a todo o tempo. Apesar da iniciativa originar-se nas elites econômicas, encontrou eco no setor político, que passou a apoiar-se delegando competências consultivas.

Ainda, a idéia de “planejar” e intervir na economia parece uma reprodução do que se viu realizado pela companhia colonizadora, inclusive no estabelecimento de limites populacionais. Assim como na ocasião da colonização da cidade, o planejamento servia a interesses econômicos da CMNP, também agora, existem os interesses por parte de grupos econômicos.

O norte orientador das políticas do CODEM evidencia a recusa por um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização maciça, como se apresenta a seguir: (CODEM, 2000):

MARINGÁ 2020

O Movimento Repensando Maringá, que culminou com a criação do CODEM, definiu a Maringá esperada para o ano 2020, como esforço de programação de longo prazo da cidade desejada para o futuro. Essa definição constituiu-se no norte orientador das ações e da construção de políticas de desenvolvimento econômico do CODEM. Foram as seguintes principais definições, por área, para a Maringá de 2020:

1. ÁREA COMUNITÁRIA

O crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidar-se como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes. A qualidade de vida deve constituir-se no principal objetivo da sociedade, compreendendo melhor distribuição da renda, elevados padrões de renda, educação, saúde, saneamento, habitação, comunicação, transporte, segurança, etc., e o desenvolvimento harmônico do maringaense em artes,

música, filosofia, folclore, literatura, esporte, lazer e línguas. O planejamento urbano deve integrar o desenvolvimento humano com a natureza, de maneira a harmonizar o homem e a natureza. A sociedade civil deve ser organizada e representativa. Maringá deve constituir-se no local onde o ser humano possa ser plenamente feliz com a sua dignidade respeitada num ambiente de plena liberdade.

2. ÁREA UNIVERSITÁRIA

Transformar Maringá em centro de excelência de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação universitária. As demandas, necessidades e/ou deficiências regionais devem ser objeto de profunda investigação e domínio no sentido de identificar os meios de atendê-las ou superá-las. A formação empreendedora deve se constituir em matéria curricular dos ensinios superior e médio.

3. ÁREA DE INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA

O crescimento econômico deve ter como fim último o desenvolvimento social e o seu processo contínuo deve buscar sustentabilidade com controle e preservação ambiental. Portanto, o que se pretende é que a cidade se torne um centro avançado de integração tecnológica, com capacidade para desenvolver e aprimorar produtos e serviços.

4. ÁREA DE INVESTIMENTOS

As oportunidades de negócios devem ser criadas para o aproveitamento dos vazios setoriais e para o alongamento da cadeia produtiva, privilegiando a agroindústria, as atividades de alta agregação de valor e intensivas de tecnologia. Os investimentos em turismo e lazer devem merecer atenção especial.

5. ÁREA DE AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA

Consolidar Maringá como pólo agroalimentar de base tecnológica, com agricultura empresarial forte, diversificada e internacionalmente competitiva.

6. ÁREA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Aperfeiçoar a vocação de centro prestador de serviços, consolidando a cidade como pólo de excelência de serviços de educação e de saúde e aperfeiçoa-la na realização de eventos e nas atividades de turismo, lazer, artes, arquitetura e urbanismo e gastronomia, entre outras.

7. ÁREA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Atribuir à cidade a função de centro internacional de comércio, com a constituição de um portal do Brasil e do Resto do Mundo para o MERCOSUL.

8. ÁREA DE GESTÃO EMPRESARIAL

Caracterizar Maringá como um centro de formação e treinamento de recursos humanos para diversas áreas da produção e da gestão industrial e de serviços, mediante a instalação de Centro de Tecnologia Industrial, de Incubadoras Tecnológicas e um Centro de Empreendedorismo, visando a consolidação de uma Tecnópolis. O objetivo é o de alcançar modelo econômico sustentável, com atividades de grande agregação de valor que proporcionem elevados níveis de emprego e renda à população local.

Observa-se aí que trata-se de um conjunto de políticas e não de um plano de ação concreto, com definições claras. Apesar de fazer menção à área comunitária, observa-se uma visão romântica idealizada, com termos vagos como “qualidade de vida”, “harmonizar o homem com a natureza”, “plenamente feliz” e “plena liberdade”. Ignora-se neste caso, o fato do modelo empreendido na cidade, e posteriormente reforçado pelas políticas públicas, haver promovido qualquer forma de segregação social.

Como órgão consultivo, atualmente o CODEM influencia consideravelmente nas políticas da economia regional. Assim, sem bandeira político partidária, o órgão trabalha pelos interesses de grupos econômicos locais, independentemente da gestão pública. Em parceria com a SEICT, o CODEM produziu o material já mencionado Maringá aqui é mais negócio:

Maringá é única. Em nenhum outro lugar o desenvolvimento econômico é tão amigo do meio ambiente. Tem uma das maiores rendas do país e 26m² de área

verde para cada habitante, o que coloca entre as cidades brasileira mais arborizadas. E não é apenas no aspecto ecológico que a cidade se destaca. O crescimento também é uma grande vocação da cidade. Os números impressionam e falam por si. Com pouco mais de 50 anos de vida, Maringá é pólo de uma região com 2 milhões de habitantes.(...) O desenvolvimento e os altos índices de qualidade de vida dos mais de 300.000 habitantes poderiam justificar que a cidade estacionasse neste invejável patamar. Crescer, no entanto, é de sua natureza. E o crescimento ocorre de maneira planejada, com suporte, preparando a cidade, pólo de uma rica região, para subir novos degraus e levar junto seus parceiros e investidores.

O texto acima compõe o material produzido com o objetivo de captar investimentos para o município. A cidade é descrita como oásis para investimentos e a arborização é relacionada à qualidade de vida. Da mesma forma, a CMNP utilizou-se de plano urbanístico arrojado e de arborização farta para atribuir atratividade a região.

Na área de comércio e serviços, as políticas do CODEM tratam de uma “vocação de centro prestador de serviços” e da “realização de eventos e nas atividades de turismo”.

3.2 MARINGÁ E REGIÃO *CONVENTION & VISITORS BUREAU*

De acordo com Chon e Sparrowe (2003, p. 261) os *convention bureau* são organização que surgiram no final do século XIX, nos Estados Unidos, com o objetivo de captar eventos para as cidades.

No Brasil, os primeiros *convention bureaus* surgiram na década de 1980, sendo o São Paulo *Convention & Visitors Bureau* o pioneiro em 1983. Foi na década de 1990, que o número de entidades eclodiu, motivada pela Política Nacional de Turismo, através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

De acordo com a Embratur (1999), o objetivo do PNMT era implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado para os estados e municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na

administração da atividade turística de forma participativa, através do estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade.

O PNMT previa a realização de três fases (Conscientização, Capacitação e Planejamento), que em Maringá foram realizadas entre 1996 e 1999. Na segunda fase, por uma exigência do programa, foi criado o Conselho Municipal de Turismo (CMTur).

Na terceira fase, o PNMT previa ainda que os Conselhos Municipais de Turismo deveriam “planejar”, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (EMBRATUR, 2000). As políticas estabelecidas pelo CMTur se somam a um conjunto de programas isolados, que não constituem um plano.

Conforme divulga o próprio MRC&VB (2003):

Para se expandir o turismo em Maringá, o CMTUR pretende desenvolver e aplicar estratégias como: promover eventos técnico-científicos, culturais, esportivos, religiosos e de negócios; elevar o nível de profissionalização da mão-de-obra que serve ao turista (qualificação e valorização profissional); aumentar e diversificar os produtos turísticos; promover investimentos e linha de crédito; integrar conceitos, investidores, comunidade e instâncias políticas, além da modernização e adequação da legislação específica. Programas: Entre os programas a serem desenvolvidos para se aumentar o número de pessoas que visitam Maringá e aqui permanecem hospedadas por pelo menos 24 horas, estão a criação do Museu da Cidade, do Trópico de Capricórnio, o roteiro regional, a realização do inventário turístico e a manutenção de equipamentos e também aumentar, diversificar e valorizar o nosso artesanato. (MRC&VB, 06 jul 2003)

Observa-se que, no conjunto de propostas do CMTur, não são contemplados prazos, nem existe precisão na definição das metas e das ações concretas, o que o torna vago. Chama a atenção ainda o fato de que, na ocasião se definiu que a cidade deveria elaborar o seu “Inventário Turístico”.

De acordo com a Embratur (1992) Inventário de Oferta Turística “é o levantamento do conjunto dos recursos turísticos de uma determinada região, visando a correta ordenação e exploração do território, de forma a otimizar a utilização de seus recursos naturais e da oferta turística em geral.”

Assim sendo, fica claro que as políticas e estratégias definida pelo CMTur na ocasião, desconheciam a realidade dos recursos turísticos do município. O mesmo aconteceu com o MRC&VB, uma vez que a entidade, criada quase que simultaneamente a definição destas propostas, foi aparelhada ao CMTur.

O Instituto Maringá de Turismo e eventos foi constituído oficialmente em julho de 2003 e recebeu a denominação para efeitos publicitários e promocionais de *Maringá Convention & Visitors Bureau*. A regionalização da entidade foi iniciada em julho de 2006 quando a entidade passou a ser denominada Maringá e região *Convention & Visitors Bureau* (MRC&VB).

Com o principal objetivo de captar e gerar eventos, feiras e congressos de alcance regional, nacional e internacional para a cidade de Maringá, o MRC&VB nasceu de um grupo de instituidores sendo eles, a ACIM – Associação Comercial e Industrial de Maringá, a AMAV – Associação Maringaense dos Agentes de Viagens, a Coordenadoria Regional da Federação das Industrias do Estado do Paraná – FIEP, o SINDHOTEL – Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes de Maringá, o SIVAMAR – Sindicato do Comércio Varejista de Maringá, o SINDESC – Sindicato das empresas estabelecidas nos Shoppings Centers de Maringá, SEICT – Secretaria da Industria, Comércio e Turismo do Município de Maringá, o Cesumar – Centro Universitário de Maringá, Faculdades Nobel, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Sicoob Metropolitano e SEBRAE/PR – Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.

As circunstâncias e a experiência de implantação do MRC&VB não se distanciam de muitas outras experiências que aconteceram no Brasil. Assim como seus objetivos descritos a seguir:

Artigo 3º - O Instituto tem por objetivos principais:

I – Captar e gerar eventos, feiras e congressos de alcance regional, nacional e internacional para a cidade de Maringá;

II – Fomentar o desenvolvimento e incremento dos eventos já existentes na cidade e que se encontram dentro dos objetivos traçados pelo Instituto;

III – Manter intercâmbio técnico e cultural com entidade congêneres no âmbito regional, nacional e internacional, a elas se associando no interesse do Instituto;

IV – Promover treinamento e cursos de aperfeiçoamento para aprimorar a mão-de-obra do setor de turismo e de eventos da cidade de Maringá, mediante convênios com órgão e estabelecimentos de ensino e outras entidade;

V – Apoiar atividades, que por suas características específicas, contribuam fundamentalmente para a concretização dos objetivos do Instituto;

VI – Incrementar e desenvolver pesquisas para o desenvolvimento do turismo na cidade de Maringá;

VII – Firmar convênios e parcerias para viabilizar o alcance de seus objetivos sociais;

VIII – Colaborar com o poder público e outras entidades na promoção do destino turístico e para o desenvolvimento do turismo na cidade de Maringá;

IX – Participar de feiras, eventos e congressos com o objetivo de captar eventos e divulgar o destino turístico da cidade de Maringá;

X – Desenvolver campanhas promocionais com o intuito de divulgar a cidade de Maringá;

XI – Desenvolver ações para captar visitantes para a cidade de Maringá.

Observa-se que, com exceção do item VI, todos os demais objetivos estão relacionados direta ou indiretamente com a promoção e venda de Maringá como destino de turismo de eventos. Os objetivos não contemplam, por exemplo, o monitoramento dos resultados e impactos da atividade turística, também não estão definidos os mecanismos de avaliação dos resultados das ações do MRC&VB.

E com o objetivo principal de captar e eventos e gerar negócios para Maringá, o MRC&VB tem produzido peças e materiais promocionais sobre a cidade. Uma das principais apresenta os seguintes trechos:

Maringá conquistou o status de cidade-pólo de uma das mais produtivas regiões do país, com cerca de 2 milhões de habitantes, sendo que a renda per capita dos maringaenses supera a média brasileira.

Após o Ciclo do Café, que deu impulso inicial ao desenvolvimento do município, foram introduzidas culturas diversificadas que ao longo dos anos vêm resultando em fartas colheitas, alcançadas graças à fertilidade da terra roxa, abrindo-se espaço também para a pecuária.

Entre as principais características da população destacam-se a vocação para o pioneirismo e a união em torno de ideais comuns, sendo que esta última deu origem a iniciativas reconhecidas nacionalmente como exemplos de sucesso do sistema cooperativista.

(...) Fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a cidade nasceu de um projeto arrojado e hoje se destaca pela convivência sem traumas entre o desenvolvimento e a qualidade de vida.

E esta harmonia gera, além de uma economia forte, um excelente ambiente para a realização de eventos, favorecido inclusive pela funcionalidade urbanística e pela estrutura privilegiada que a partir de 1947, ano da fundação do município, foi se incorporando à paisagem local.

(...) Um mix de fatores que reúne hospitalidade, conforto e praticidade, revelando a energia do município para transformar jornadas de negócios, treinamento e afins em acontecimentos bem sucedidos e também gratificantes.

Observa-se que os argumentos utilizados se aproximam daqueles utilizados pela CMNP. Ainda, são tratados como “mix de fatores que reúne hospitalidade” para a realização de eventos e negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características identificadas no município de Maringá durante este estudo, evidenciam uma singularidade em seu conjunto. Ao relacionar os elementos abordados com a hospitalidade, observa-se a mobilidade que o conceito ou a noção de hospitalidade tomam diante de cada contexto.

O plano urbanístico detalhado, concebido nos moldes das cidades-jardim, tinha pela CMNP o intuito de agregar atratividade ao seu empreendimento colonizador. Detalhes como o estabelecimento de hierarquia de vias diferenciadas pela largura das mesmas, assim como o estabelecimento de núcleos (núcleo industrial, de serviços, núcleo comercial, residencial e residencial operário), permitiu posteriormente que a cidade ganhasse em legibilidade.

Outro detalhe, preservação de áreas de mata nativa no espaço urbano, protegendo nascentes e cursos e a arborização minuciosa, contribuíram para a manutenção da qualidade de vida, inclusive visual, da cidade.

Embora houvesse o interesse claramente econômico por parte da CMNP, alguns de seus feitos acabaram por contribuir para a hospitalidade dos que aqui chegaram.

Outro fator importante, a forma como se deu a ocupação do território, através da venda de pequenos lotes rurais a pequenos agricultores que eram atraídos pela economia cafeeira, seguida da urbanização planejada do território, acabou contribuindo para o estabelecimento de redes de relacionamento e formas de hospitalidade.

Os relatos dos pioneiros demonstram que, muitos foram primeiramente atraídos pela economia cafeeira e pela facilidade de aquisição de terras. Diante das dificuldades dos primeiros anos, da abertura das matas para início das culturas, os atraía a possibilidade de morar em um núcleo urbano próximo, que oferecesse serviços indispensáveis as famílias (saúde, comércio, educação, comunicação, transportes, entre outros). Assim, das pequenas propriedades rurais próximas, muitos vieram para o povoamento ou para o núcleo urbano. As dificuldades comuns, os objetivos comuns acabavam unindo as famílias.

Sobre o atual desenvolvimento de Maringá, analisado através da abordagem do Movimento Repensando Maringá e da atuação do CODEM e do MRC&VB, observa-se que a idéia de empreendimento parece bastante forte em lideranças da cidade. A tentativa de “prever” a Maringá do futuro, parece se opor a dinâmica natural das cidades.

Se pela CMNP, planejou-se a ocupação e o povoamento da cidade e da região através da venda de lotes, que fazia com que só se fixassem aqui aqueles que tivessem condições financeiras de fazê-lo, a cidade parece ser “replanejada” por um grupo de lideranças que, novamente buscam “atrair investimentos”, descrevendo a cidade como receptiva (para investimento) através dos mesmos apelos.

O material e o discurso utilizado pelo MRC&VB, faz referências mais diretas a hospitalidade (inclusive com a utilização do vocábulo) e é direcionado a turistas de eventos. Novamente, o interesse dominante é o interesse econômico, pois a entidade é formada e mantida por empresários do setor turístico.

Mostra-se como exceção dos objetos abordados, as referências e manifestações de hospitalidade descritas nos relatos dos pioneiros. Também é exceção que entre este não havia interesse econômico claro.

Se a hospitalidade da CMNP que os atraída era expressa no modelo da colonização mercantilista, entre eles, a hospitalidade se estabelecia como forma de sociabilidade entre seus pares:

A vida humana depende da ação dos indivíduos e de sua interação. O ser humano é um ser portador de necessidades que só se realizam através dos relacionamentos entre os humanos. O reconhecimento de um outro ser como humano implica em reconhecermos as suas necessidades de recursos materiais, bens simbólicos e da presença de outro ser humano. Para a satisfação desses três conjuntos de necessidades elementares é que se desenvolvem as mais diferentes formas de interação e relacionamento afetivo, de elaboração de conhecimentos, de atividades lúdicas e artísticas, e de produção de bens e serviços. (PRAXEDES, 2004)

É possível concluir que, isoladas as motivações e interesses envolvidos, nos três discursos acima existe a apropriação de elementos que traduzem ou remetem a hospitalidade. Dentro de cada contexto existe a noção de receber bem. Os diversos contextos em que se aplica a noção de hospitalidade permitem a apropriação de

elementos comuns e interpretações variadas. Tanto para os pioneiros atraídos pela CMNP, para os investidores atraídos pelas políticas do CODEM, ou pelos turistas atraídos pelo MRC&VB, é demonstrado o interesse em reunir elementos que possam promover uma colhida satisfatória. Estes elementos têm em comum a cidade de Maringá, e sobre este receber público, lembra CAMARGO (2004 p. 11):

Quando recebemos em nossas casas ou quando, como funcionários de um hotel, efetuamos o “check-in” de um hóspede, nem sempre temos consciência de que o espaço real da hospitalidade não é a nossa casa ou o hotel e sim a cidade. Por melhor que seja a nossa hospitalidade doméstica ou os cuidados com que um hotel cerca o hóspede, seu interesse está na **cidade que recebe**. Se o visitante não apreciar a cidade, ele não voltará nem para nossa casa nem para nosso hotel.

Assim, se existe uma apropriação da hospitalidade nos discursos baseados em interesses econômicos e comerciais, é importante que seja incorporada a noção de que a hospitalidade é (também) um estilo de sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Arthur. Maringá ontem, hoje e amanhã. Maringá. [s.n]:1979.

ANDRADE, Liza M. S. de *O conceito de cidades-jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*. Disponível em:
http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq042/arq042_02.asp, acessado em 26 nov 2005, as 19h36

ANTONIO, Daliana C. L. *Maringá: a ordem desejada* In: Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar – Centro de Estudos sobre a Intolerância Maurício Tragtenberg – Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá, Quadrimestral nº 7, Maringá, Paraná, 2005.. Disponível em
<http://www.urutagua.uem.br/007/07antonio.htm>, acessado em 14/05/2005, 18h50.

BASTOS, Sênia. *Hospitalidade e História: A cidade de São Paulo em meados do século XIX* in DENCKER, Ada de F.M. & BUENO, Marielys S. (Orgs.) *Hospitalidade: Cenários e Oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BOZZI, Aurélia H. P. *Moro onde não Mora ninguém: Praça Raposo Tavares, s/n., Maringá, PR, BR* In: Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar – Centro de Estudos sobre a Intolerância Maurício Tragtenberg – Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá, Quadrimestral nº 6, Maringá, Paraná. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/006/06bozzi.htm>, acessado em 14 maio 2005, 17h45.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom – o terceiro paradigma*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CAMARGO, Luiz O.L. *Hospitalidade*. São Paulo: Editora Aleph, 2004.

CAMARGO, Luiz O. L. *Os domínios da hospitalidade* in DENCKER, Ada de F.M. & BUENO, Marielys S. (Orgs.) *Hospitalidade: Cenários e Oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CAMARGO, Luiz O. L. *O desafio da hospitalidade*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27. 2004. Porto Alegre. (Intercom, 2004. CD-ROM).

CHON, Kye-Sung e SPARROWE, Raymond T. *Hospitalidade* Conceitos e aplicações São Paulo: Thomson Learning, 2003.

DIAS, Célia M. M. *O modelo de hospitalidade do Hotel Paris Ritz: um enfoque especial sobre a qualidade* in DIAS, Célia M. M. (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.

DENCKER, Ada. F. M. *Pesquisa como base para a construção teórica no campo do turismo e da hospitalidade*. Revista Hospitalidade. Ano 2, n.1. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2005.

ESTRADA, Jorge .F. D. Terra Crua. Curitiba: [s.n], 1961.

EMBRATUR Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília: EMBRATUR, 1999

FISHER, Tânia et. al. *Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1996.

GODBOUT, Jacques T. *Recevoir c'est donner*. Revue Communications, Nº 65, 1997.

GODBOUT, Jacques T. *O espírito da Dádiva*. Com a colaboração de Alain Caillé. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CONÇALVES, José H. R. Quando a imagem publicitária vira evidencia factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná in DIAS, Reginaldo B. e GONÇALVES, José H. R. (Orgs) *Maringá e o norte do Paraná* estudo de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

GOTMAN, Anne *Les sens de l'hospitalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

GRINOVER, Lúcio. *A Comunicação e a Hospitalidade em território Urbano*. in XXVI Congresso Intercom – Sessão de temas Livres Comunicação e Sociedade. Belo Horizonte: set 2003.

GRINOVER, Lúcio. *Hospitalidade e Qualidade de Vida: Instrumentos para a ação* in DENCKER, Ada de F.M. & BUENO, Marielys S. (Orgs.) *Hospitalidade: Cenários e Oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOBSBAWN, E. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOWARD, Ebenezer *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LASHLEY, Conrad, *Para um entendimento teórico*. In LASHLEY, Conrad e MORRISON, Alison. *Em busca da Hospitalidade*. São Paulo: Manole, 2003.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LEAL, João L. L. *Anotações sobre uma experiência de formação de um arquivo municipal: o caso de Maringá* In: DIAS, Reginaldo e GONÇALVES, José H. (Orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

LUZ, France. *Maringá: a fase de implantação*. In: DIAS, Reginaldo e GONÇALVES, José H. (Orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

NOELI, Francisco S. & MOTA, Lúcio T. *A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná*. In: DIAS, Reginaldo e GONÇALVES, José H. (Orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo/Curitiba: Editora Hucitec/SECE-PR, 1981.

PRAXEDES, Walter Reflexões Sociológicas sobre a hospitalidade. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 37, Jul 2004. Disponível em:
<http://espacoacademico.com.br/037/37epraxedes.html>

REGO, Renato Leão. *O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim*. In *Acta Scientiarum*. Maringá, 2001, v.23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

RODRIGES, Ana Lúcia. *A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba. N.108 jan/jul 2005.

SANTOS FILHO, João. *Por que a ação da Embratur se torna preocupante para a formulação de políticas públicas interna em Turismo?* *Revista Espaço Acadêmico*. n. 48, Maio 2005. Disponível em <http://espacoacademico.com.br/048/48jsf.html> acessado em 26 out 2005, as 19h40

SANTOS, Rubens Rodrigues dos *et al.* *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: [s.n.], 1975.

SIMÃO, Maria Cristina R. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

SIMONSEN, Roberto C. *Aspectos da História Econômica do Café*. In: *Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

TELFER, E. *A filosofia da "hospitalidade"* in LASHLEY, Conrad e MORRISON, Alisson. *Em busca da Hospitalidade* Perspectivas para um mundo globalizado. Barueri: Editora Manole, 2004.

VIEIRA, Ildeu Manso. *Jacus e Picaretas (A História de uma colonização)*. Maringá: Bertoni, 1999.

<http://www.rickmansworthherts.freemove.co.uk/howard1.htm> acessado em 23 nov 2005, 20h50

BIBLIOGRAFIA

BERNARDES, Lysia M. C. *O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná*. In: Revista Brasileira de Geografia, v 15, nº 3, jul/set 1953.

CAMPOS, Paulo F. S. *Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na "cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas"* In: DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José H. R. (Orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná*. Estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999

D'INCAO, Maria Angela. (Org.) *Sociabilidade: espaço e sociedade*. São Paulo: Grupo Editores, 1999

DE ANGELIS, Bruno L & DE ANGELIS NETO, Generoso *Os elementos de desenho das praças de Maringá – PR*. In: Acta Scientiarum, Maringá, v. 22, nº 5, p. 1445-1454, 2000.

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José H. R. (Orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná*. Estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999.

GOELDNER, Charles R. et. al. *Turismo. Princípios, Práticas e Filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

JOFFILY, José. Londres – Londrina. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

MARTINE, George *A evolução espacial da população brasileira* In: AFFONSO, Rui de B. A. & SILVA, Pedro L. B.(Orgs) *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento* São Paulo : Fundap: Editora Unesp, 1995.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre o dom e dádiva*. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, 1974, v.II.

Maringá e região Convention & Visitors Bureau. *Entrevistas: Sérgio Takao Sato*. Publicado em 26/11/2004.

Maringá e região Convention & Visitors Bureau. *Entrevistas: CMTur espera mais empenho dos representantes*. Publicado em 19/04/2006.

MARTINE, George *Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século* Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 11, n. 1, p. 49, jun. 1994.

MENDES, César M. *O aglomerado urbano de Maringá e a verticalização*. In: Boletim de Geografia – UEM, Maringá: EDUEM, 1992. Ano X, número 01

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Coleção Geografia e realidade. Tradução Ary França e Raul Andrade Silva. Original em francês: 1952. São Paulo: Editora Hucitec/ Polis, 1984.

RECCO, Rogério. *À sombra dos ipês da minha terra*. Londrina: Midiograf, 2005.

RODRIGUES, Ana L. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial da Região metropolitana de Maringá*. São Paulo: PUC, 2004 (Tese de doutorado)

SANTOS FILHO, João. *Maringá! A cidade de Paul e Laura Lafargue*. Revista Turismo, Ago 2003. Disponível em <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/maringa.html> acessado em 18 nov 2004, as 19h50

SCHWARTZMAN, Simon. *A Força do Novo – por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Sórias; 5, 2, 1987, p. 47-66.

SEICT – Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Maringá e CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá. *Maringá aqui é mais negócio*. Maringá, 2005.

WOLFF, Sílvia F. S. *Jardim América: o Primeiro Bairro-jardim de São Paulo e sua Arquitetura*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial/FAPESP, 2001.

APÊNDICE

Amostra de pioneiros, ano de chegada e ocupação (em ordem alfabética).

Nr	Nome	Ano de chegada	Ocupação
1	Alberto de Rossi	1946	Motorista
2	Algemira Forcelli Camacho	1943	Agricultor
3	Alvarina Ferreira Jorge	1943	Dona de casa
4	Álvaro Fernandes	1946	Gerente Serraria – CMNP
5	Américo Marega	1945	Agricultor
6	Angelo Planas	1944	Comerciante (armazém)
7	Aniceto Gomes	1942	Garçom/Padeiro
8	Annibal Agenor Borghi	1946	Agricultor/poeta
9	Antenor Sanches	Década de 40	Corretor de Imóveis
10	Antonia Couto Costa	1947	Dona de casa
11	Antônia Moreno	1944	Agricultor
12	Antônio Allai	1943	Construtor
13	Antônio Gomes	1943	Agricultor
14	Antônio Manfrinato	1947	Agricultor
15	Antônio Marchiotti	1942	Agricultor
16	Antonio Marin Filho	1943	Agricultor/fornecimento de água
17	Antonio Moretti	1944	Agricultor
18	Antônio Rosso	1946	Agricultor
19	Argeu Dias	1941	Hoteleiro
20	Augustinho Ianoni	1941	Agricultor
21	Avelino Ferreira	1947	Tipógrafo
22	Benivaldo Ramos Ferreira	1947	Agrimensor
23	Bernardo Fritzen	1947	Agricultor
24	Carlos Aliberti	1945	Comerciante (armazém)
25	Cecílio Lima	1945	Mecânico
26	Charles Carniel	1944	Agricultor
27	Dante Poletto	1946	Construtor
28	David Rodrigues Ferreira	1946	Comerciante (alumínios)
29	Deoclides do Prado	1943	Comerciante (armazém)
30	Dirce Aguiar Maia	1945	Professora
31	Dirce Martinez	1946	Agricultora
32	Diva Fernandes	1946	Agricultora
33	Domingos Manetti	1943	Beneficiamento de café
34	Elzira Makais Zunino	1947	Banca de Revistas
35	Ernesto Paiva	1944	Padeiro
36	Estanislau Milak	1946	Escriturário
37	Estelino Rigolim	1944	Agricultor
38	Esterina Lizotti Calvo	1947	Agricultor
39	Esterino Boscolo	1944	Agricultor
40	Faustino Mendes	1947	Comerciário
41	Felizardo Meneguetti	1946	Agricultor
42	Francisco Casa Grande	1946	Agricultor
43	Francisco Ferreira	1945	Agricultor
44	Geraldo Pinheiro	1946	Jardineiro

45	Geraldo Tozzo	1946	Dono de pensão
46	Hélio dos Reis Figueiredo	1947	Farmacêutico
47	Hélio Veroneze	1946	Mecânico
48	Hilário Alves	1944	Comerciante (tecidos/confecções)
49	Izaltino Machado	1946	Carpinteiro
50	Izaltino Martins	1943	Agricultor
51	Jacomo Crippa	1946	“Raizeiro”
52	João Batista de Souza	1943	Agricultor
53	João Costa Vieira	1946	Agricultor/Cantor
54	João Schipfer	1946	Agricultor
55	Jorge Campos	1944	Agricultor
56	Jorge José Abrão	1943	Dono de cinema
57	José Borin	1943	Agricultor
58	José Carniel	1945	Agricultor
59	José Garcia	1946	Borracheiro
60	José Higino de Moraes	1944	Agricultor
61	José Limeira	1944	Agricultor
62	José Munhoz Marto	1938	Agricultor
63	Jospe Correia Pires	1946	Taxista
64	Julio Pires de Moraes	1943	Agricultor/cantor
65	Laurentino de Moraes	1944	Empreiteiro da CMNP
66	Lazara Maria de Jesus	1940	Dona de casa
67	Luiz Gonzaga Mateus	1943	Agricultor
68	Luiz Lavorenti	1947	Agricultor
69	Maria Favoretto	1946	Olaria
70	Maria Ferreira	1946	Verdureira
71	Maria Leite Palma	1945	Dona de casa
72	Maria Róis Hofferer	1946	Agricultor/Olaria
73	Marina Candotti	1945	Agricultor
74	Mário Reis	1945	Comerciante (tecidos)
75	Martins Martin Martinez	1946	Agricultor
76	Miguel Julio Mendes	1941	Garçom
77	Nicolau Cortez	1946	Agricultor
78	Olívio Men	1947	Agricultor
79	Pedro Quarelli	1947	Agricultor
80	Plínio Hildebrand	1945	Agricultor
81	Ruth Martins Monteschio	1946	Dona de casa
82	Shirley Moreschi	1947	Agricultora
83	Sixto Pólo	1947	Agricultor
84	Solon Ribeiro	1942	Agricultor
85	Stefânia Alves	1946	Professora
86	Toshimi Ishikawa	1947	Relojoeiro
87	Valdemar Borghi	1946	Agricultor
88	Valdomiro Moteka	1946	Topografista
89	Waldemiro Planas	1945	Comerciante (armazém)
90	Waltheir Maruchi	1945	Empreiteiro/Agricultor

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados do Acervo Municipal.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)